

**Coleção Geografia**

# **INTRODUÇÃO À CIÊNCIA GEOGRÁFICA**

**Nilson Cortez Crocia de Barros**



**UFPE**

ISBN 978-65-5962-059-3



UNIVERSIDADE  
FEDERAL  
DE PERNAMBUCO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)  
SECRETARIA DE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO ABERTA E DIGITAL (SPREAD)  
COORDENAÇÃO GERAL UAB/UFPE

**Reitor**

Alfredo Macedo Gomes

**Vice-Reitor**

Moacyr Cunha de Araujo Filho

**Secretário Geral SPREAD**

José Alberto Miranda Poza

**Coordenador Geral UAB/UFPE**

Francisco Kennedy Silva dos Santos

**Coordenador Adjunto UAB/UFPE**

André Felipe Vieira da Cunha

**Design Instrucional UAB/UFPE | Projeto gráfico | Diagramação**

Gabriela Carvalho da Nóbrega

**Revisão Textual**

Jade Maria Oliveira da Paz

Vanessa dos Santos Marques

**Professor Conteudista Responsável**

Nilson Cortez Crocia de Barros



Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir desta obra para fins não comerciais, desde que atribuam o devido crédito e licenciem as novas criações sob termos idênticos.

Catálogo na fonte:  
Bibliotecária Kalina Lígia França da Silva, CRB4-1408

B277i Barros, Nilson Cortez Crocia de, 1953-.  
Introdução à ciência geográfica [recurso eletrônico] /  
Nilson Cortez Crocia de Barros. – Recife : Ed. UFPE, 2021.  
(Coleção Geografia).

ISBN 978-65-5962-059-3 (online)

1. Geografia – Filosofia. 2. Geografia – História. 3. Geografia –  
Estudo e ensino. I. Título. II. Título da coleção.

910

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2021-066)

É com grande satisfação que produzimos este material, que ele possa ampliar os conhecimentos adquiridos ao longo de seus estudos e aprofundar algumas questões que julgamos importantes para o desenvolvimento do leitor, como as relacionadas à Educação Ambiental, Introdução a Ciência Geográfica, Metodologia do Trabalho Científico e Fundamentos de Geologia e Petrografia.

A obra traz a integração entre diferentes abordagens geográficas, sempre em linha com os estudos mais atuais da ciência Geografia. Nesse sentido, trazemos cada unidade com sua progressão cronológica e de temáticas relacionadas ao tema central.

Com este material, você poderá adquirir novos conhecimentos, lançar novos olhares, realizar novas associações entre os conteúdos dessa área do conhecimento, refletir sobre os temas propostos e elaborar e propor soluções para problemas que afligem sua comunidade (escola, bairro, município), nosso país e o mundo.

Esperamos, assim, que você tenha uma ótima jornada com nossa obra.

Bons estudos!

Atenciosamente,  
Priscylla Karoline de Menezes  
Coordenadora do Curso de Licenciatura em Geografia EAD/UFPE

# Sumário

<b>1</b>	<b>A formação da Geografia Moderna</b>	<b>7</b>
	<i>Objetivos de aprendizagem</i>	8
	<i>Introdução</i>	8
<b>1.1</b>	<b>A geografia geral e a geografia especial ou corográfica no ambiente esclarecido dos Países Baixos: a contribuição de Bernardo Varenius</b>	<b>9</b>
<b>1.2</b>	<b>O pensamento geográfico geral em Thomas Malthus, Alexander Humboldt e Carl Ritter</b>	<b>12</b>
1.2.1	As ideias geográficas de Thomas Malthus	12
1.2.2	A visão geográfica de Alexandre Humboldt	13
1.2.3	O pensamento geográfico de Carl Ritter	15
<b>1.3</b>	<b>A Geografia Cultural ou Antropogeografia de Frederico Ratzel: a institucionalização disciplinar</b>	<b>16</b>
	<i>Revisando</i>	19
	<i>Saiba Mais</i>	20
	<i>Referências</i>	21
<b>2</b>	<b>A dimensão teórica, geral ou sistemática da Geografia: o exemplo do modelo do ciclo da Região Turística</b>	<b>24</b>
	<i>Objetivos de aprendizagem</i>	25
	<i>Introdução</i>	25
<b>2.1</b>	<b>A abordagem geográfica sistemática da função turística e o modelo do ciclo das destinações ou regiões</b>	<b>26</b>
<b>2.2</b>	<b>A análise cíclica de longo prazo da região ou destinação turística</b>	<b>27</b>
<b>2.3</b>	<b>As etapas teóricas do ciclo da destinação</b>	<b>28</b>
<b>2.4</b>	<b>Críticas à tipologia das fases de evolução da região turística</b>	<b>29</b>
<b>2.5</b>	<b>O modelo e a sua teleologia</b>	<b>31</b>
<b>2.6</b>	<b>Críticas à minimização das relações extra regionais</b>	<b>32</b>

2.7	A valorização da propriedade unificadora do modelo de ciclo	33
	<i>Revisando</i>	34
	<i>Saiba Mais</i>	36
	<i>Referências</i>	37
<b>3</b>	<b>A Região ou Paisagem Complexa e de Síntese: estética, subjetividade e noção de Unicidade e de Harmonia</b>	<b>43</b>
	<i>Objetivos de aprendizagem</i>	44
	<i>Introdução</i>	44
3.1	A História da Geografia influenciada pelos estudos culturais e contextuais	45
3.2	O conceito de Região ou Paisagem na perspectiva integrada, harmonizadora ou de síntese	46
3.3	Estética e Região ou Paisagem	47
3.4	A Região Geográfica como um “Super Orgânico”	49
3.5	Geografia: A Herança Greco-Romana e a ideia da Unicidade	50
3.6	Os Filósofos e a Harmonia do Mundo	51
	<i>Revisando</i>	56
	<i>Saiba Mais</i>	57
	<i>Referências</i>	57
<b>4</b>	<b>O Neopositivismo na Geografia: a Revolução Teórica ou Quantitativa</b>	<b>60</b>
	<i>Objetivos de aprendizagem</i>	61
	<i>Introdução</i>	61
4.1	O Neopositivismo na Geografia Humana	62
4.2	A crença na Ciência a serviço do Planejamento do Desenvolvimento	62
4.3	Modelos antecedentes de Positivismo Lógico na Geografia	64
4.4	O Espaço Geográfico diante dos espaços abstratos	65
4.5	Espaços abstratos e simulações espaciais: as localizações espaciais no planejamento	67
4.6	Geografia Teórica não significava necessariamente Quantificação	68

4.7	A renovação do conceito de Região e a propagação da atitude sistemática	68
4.8	Avaliando a experiência do neopositivismo na Geografia	69
	<i>Revisando</i>	71
	<i>Saiba Mais</i>	71
	<i>Referências</i>	72

A large, rounded rectangular border composed of orange dots, framing the title text.

**A formação da  
Geografia Moderna**

A horizontal dotted line of white dots on an orange background.

Introdução à Ciência Geográfica

Prof. Nilson Cortez Crocia de Barros

## Objetivos de aprendizagem

- 1 Descrever a experiência da formação da Geografia Moderna, que se estende do século XVII até o começo do século XX.
- 2 Discutir a importância do ambiente cultural dos Países Baixos para a formação da Geografia Moderna.
- 3 Explicar a importância de Thomas Malthus, Alexander Humboldt, Carl Ritter e Frederico Ratzel para a formação do pensamento geográfico ambientalista que domina a cena da institucionalização da Geografia no final do século XIX.

## Introdução

O processo de formação da Geografia Moderna se inicia nos meados do século XVII, com Bernardo Varenius e a sua obra Geografia Geral, publicada em Amsterdã. Esse processo se torna particularmente intenso na passagem do século XVIII para o século XIX, período no qual emergem as proeminentes e por demais conhecidas figuras de Alexandre Humboldt, Carl Ritter, Thomas Malthus e Frederico Ratzel.

Uma das características da formação da Geografia Moderna é a edificação progressiva de uma consciência disciplinar diante de um quadro de desenvolvimento acelerado e espetacular de todas as ciências no mundo europeu. Nesse ambiente de notável progresso nas várias ciências tópicas ou especializadas – física, astronomia, matemática, biologia, geologia, economia, sociologia, etc – a Geografia haveria de afirmar a sua relevância e a sua identidade no quadro geral das ciências.

Aqui se entende que a identidade básica da Geografia compreende a atitude geral e a atitude regional. Em outras palavras, a geografia geral e a geografia regional, ambas articuladas funcionalmente, formam a estrutura da Geografia. Os dois estilos de trabalhos geográficos são reconhecidos como expressões positivas das possibilidades metodológicas encontradas na Geografia e se constituem em componentes da tradição geográfica viva.

O presente Capítulo encontra-se dividido em três partes:

a **primeira parte** apresenta a contribuição de Bernardo Varenius ao problema da conciliação da dimensão regional com a dimensão geral dentro da disciplina; é a primeira vez na História da Geografia que o problema é claramente discutido;

a **segunda parte** aprecia o papel das figuras de Thomas Malthus, Carl Ritter e Alexandre Humboldt na formação da Geografia moderna, procurando posicionar Malthus como personagem da maior relevância na construção do pensamento ambientalista na disciplina;

a **terceira parte** lida com a contribuição de Frederico Ratzel para a Geografia, sendo Ratzel uma das personalidades responsáveis pela institucionalização da disciplina no mundo germânico, ao contrário de Malthus, Humboldt e Ritter, cujas contribuições se limitaram ao campo propriamente conceitual.

## 1.1 A geografia geral e a geografia especial ou corográfica no ambiente esclarecido dos Países Baixos: a contribuição de Bernardo Varenius

A passagem da Geografia do Renascimento para a Geografia da condição moderna foi problemática e tumultuosa. Isso porque estava em curso, de fato, uma verdadeira revolução no universo da informação geográfica, decorrente da descoberta do caminho para as Índias pelo navegador português Vasco da Gama.

O volume das informações sobre as plantas, os animais, as rochas, os costumes humanos, as condições de clima, os rios e quedas d'água, os desertos, as enfermidades, etc., que afluía para a Europa era colossal e assustador. Muitas obras e relatos foram publicados a partir das longas e perigosas viagens empreendidas por comerciantes de bens, pessoas escravizadas, navegadores, homens de saber, corsários, padres, militares graduados e soldados, mercenários, plebeus, nobres, degredados, foragidos, aventureiros, entre outros.

A documentação cartográfica do mundo que havia sido herdada da Idade Média foi progressiva e radicalmente reconstruída para dar conta da visão mundial que estava sendo fixada na mentalidade europeia. O centro da cartografia e dos estudos da natureza no mundo europeu estava localizado nos Países Baixos.

Então, não obstante as controvérsias que possam existir acerca do assunto, os historiadores apontam a obra *Geographia Generalis* (1664), de Bernardo Varenius, como a grande ponte entre os esforços do Renascimento e o caráter do Iluminismo no campo da Geografia. Coube a Varenius a tarefa de acreditar em uma harmonia funcional para a tradicional justaposição, sob a palavra Geografia, do padrão metodológico descritivo (corográfico) e do padrão generalizador ou teórico.

A obra de Bernardo Varenius – a *Geographia Generalis* – é então, reputada como significando um passo decisivo na história do pensamento geográfico. A razão para isto é que ele não somente reconheceu a divisão dentro da Geografia entre a *physis* (geral) e a corografia, mas também, em reconhecendo tal cisão, refletiu sobre a mesma diante dos rápidos desenvolvimentos da astronomia.

Necessário repetir que na época, o mundo dos Países Baixos – onde Varenius vivia – havia se tornado o grande centro europeu para os *physikóis*, especialmente, Leiden para os astrônomos. As reflexões de Varenius levaram-no a propor uma harmonização funcional dos dois padrões metodológicos dentro da Geografia, como solução para o problema da dissociação. Varenius preservou a denominação *geographica generalis* já empregada por Apian, em 1524, para os trabalhos que produziram e reuniram as informações astronômicas e físicas na escala do globo terrestre.

Ao conjunto das práticas e produtos (descritivos) lidando ora com a parte natural, ora cultural das regiões particulares (corografia), Varenius chamou de *geographica specialis*. Apesar das diferenças, ambas as atitudes, segundo ele, podiam e deviam se equilibrar numa composição justificada racionalmente e harmoniosa, denominada Geografia.

Na linguagem científica da época, sob forte influência teológica, a distinção das duas esferas componentes da Geografia era enunciada por Varenius do seguinte modo:

**a) os trabalhos gerais** compreendiam as leis astronômico-matemáticas do governo geral de Deus sobre o mundo, a dimensão do necessário, e;

**b) os trabalhos especiais** compreendiam as circunstâncias, a dimensão soteriológica, o espaço da moral e da providência (LIVINGSTONE, 1992, p.85). Varenius, ao seu modo e no seu tempo, enfrentava o clássico problema que os

gregos haviam enfrentado e tantos outros lidariam no futuro.

A Geografia, no século XVII, começou a recuar das suas clássicas ambições astronômicas e se aproximou cada vez mais da superfície da Terra. Apesar dessa mudança, a Geografia preservou o seu nome. A proposta doutrinária da *Geographia Generalis* (1664), celebrada como obra prenúncio para o Iluminismo e o início da Geografia moderna, é ainda herdeira de muitos traços da Geografia Antiga e Medieval, e é vista, aos olhos de hoje, como uma obra mais de astronomia (LIVINGSTONE, 1992, p. 86).

Não obstante essa constatação, Varenius construiu uma ponte, pois argumentou submeter a parte astronômica dos estudos geográficos aos interesses da interpretação dos fenômenos da porção terrestre (HUMBOLDT, 1952, p.48-49). A permanência de Varenius na Holanda, segundo Humboldt (1952, p. 48; p. 449, 451), permitiu-lhe manter estreitos contatos com estudiosos e viajantes que acorriam ao centro cosmopolita dos negócios, da ciência e da cultura. A Universidade de Leiden, proeminente centro europeu no estudo da natureza e treinamento científico, dispunha das instalações conhecidas como *Hortus Botanicus*, *Theatrum Astronomicum* e *Theatrum Anatomicum* (MATSUURA, 2010, p.39, 158-9).

Varenius encontrava-se num core imperial privilegiado, cuja área de influência estendia-se do Ocidente ao Oriente, incluindo a porção litorânea situada no nordeste da colônia lusitana do Brasil, ambiente tropical, ocupado pelos holandeses de 1630-1654. Tal zona colonial foi figurada e estudada em várias localidades costeiras no Ceará, no Rio Grande do Norte, na Paraíba, em Pernambuco, em Sergipe e na Bahia por artistas, cartógrafos e naturalistas trazidos pela Companhia das Índias Ocidentais, como Eckhout, F. Post e G. Marcgrave.

### Pesquise

Visite o Instituto Ricardo Brenand ([www.institutoricardobrenand.org.br](http://www.institutoricardobrenand.org.br)), onde está depositada a maior coleção das obras de Franz Post, além de documentos, mapas e relatórios de relevantes significados para a compreensão da formação da Geografia Moderna.

O Atlas de Johan Vigboons foi produzido no período em foco, tendo o cartógrafo desenvolvido os mapas no seu ateliê em Amsterdã, com base nas informações que lhe eram transmitidas pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (GALINDO; MENESES, 2003).

O realista relatório de Elias Herckmans, governador da Paraíba sob a dominação holandesa, exemplifica o tipo de corografia produzida no mundo holandês da época de Varenius (HERCKMANS, 1982); realista ou naturalista ou factual, descrevendo o natural e o cultural, comparando positivamente – sem extrapolações teológicas – características das paisagens tropicais no nordeste do Brasil e na África.

Stoddart afirmou que a fixação de três atitudes no campo das ideias científicas ajudou a criar o Iluminismo e a emergência da Geografia moderna: o realismo descritivo, o método comparativo para desenvolver as explicações e a classificação sistemática dos materiais coletados (STODDART, 1982, p. 292-293). Essas atitudes podem ser identificadas na *geographica specialis* de Herckmans (1982) e na *physis* que George Marcgrave (MATSUURA, 2010) trouxe ao estado de Pernambuco e a Angola.

## 1.2 O pensamento geográfico geral em Thomas Malthus, Alexander Humboldt e Carl Ritter

### 1.2.1 As ideias geográficas de Thomas Malthus

No final do século XVIII, surge uma notável contribuição positiva e moderna para a compreensão do comportamento humano em relação ao espaço geográfico: a tese de Thomas Malthus (1798) sobre a dinâmica das populações humanas (MALTHUS, 1798).

O estudo de Malthus representou de fato a contribuição decisiva para a primeira formulação do pensamento geográfico moderno, isto é, para a formulação da Geografia como ecologia do homem. A partir disso, o foco desse ramo do saber se voltará cada vez mais para a superfície da Terra e sua ocupação humana. Então, a Geografia – pelo menos nos meios mais cultivados – não será

mais confundida com a Astronomia.

Malthus produziu uma teoria de estilo positivo das relações entre o homem (a população) e o meio (espaço geográfico) (BAILEY, 2005, p. 33). O que Malthus enunciou, recorrendo à linguagem das ciências positivas, foi uma lei da dinâmica ecológica da população.

O controle exterior ou positivo da dinâmica populacional far-se-ia, segundo ele, pelas propriedades da secção (região) do espaço geográfico onde a população habitava. Sobram provas que tal contribuição generalizante produziu consequências irrecusáveis na formação da Geografia moderna como ecologia humana. Consideramos esse fato mais que suficiente para justificar a inscrição notável do seu nome ao lado de personalidades como Humboldt, Ritter e Ratzel.

O complexo processo de afirmação da noção de meio na Geografia se iniciou quando as reflexões de Malthus sobre os limites impostos pelos meios geográficos à dinâmica das populações humanas vieram a exercer forte impacto sobre o pensamento de Darwin.

Como isto se produziu?

Foi produzido da seguinte forma: a teoria malthusiana ajudou o célebre biólogo inglês a formular a ideia dos mecanismos que haviam gerado a diferenciação biológica das espécies. Em sequência, a ideia de Darwin se desviou para dentro da Geografia que se institucionalizava, uma vez que Frederico Ratzel, um dos líderes da institucionalização da Geografia na Alemanha, havia recebido a sua formação universitária, que era biológica, em um ambiente intelectual predominantemente darwiniano (BARROS, 2006a, 2006b).

Adiante, na parte dedicada à Antropogeografia ou Geografia Humana, o assunto será reexaminado.

### 1.2.2 A visão geográfica de Alexandre Humboldt

O barão Friedrich Wilhelm Karl Heinrich Alexandre Humboldt (1769-1859) foi uma das figuras arquetípicas do Iluminismo com pendor naturalista, certamente a de maior projeção. Aquela atitude científica naturalista ou realista já registrada nos tempos de Bernardo Varenius – e expressa nos trabalhos dos artistas e

cientistas levados por Nassau para o Recife, Pernambuco (Brasil) – estava agora, século e meio depois, bem armada de instrumentos de medição.

Humboldt viajava com cerca de cinquenta deles, os mais modernos. Especificamente, em relação à disciplina, Alexandre Humboldt preservou o caráter amplo da Geografia propugnado por Varenius, assim como, harmonizou conceitualmente a amplitude e a complexidade fatorial do mundo mediante a atualização moderna da proposta cosmográfica grega (ideia de Cosmos), o que nos faz lembrar o filósofo antigo Filolau de Cróton.

A cosmografia é uma espécie de filosofia do tipo *physis* do globo (CAPEL, 1981, p.7-8; LIVINGSTONE, 2003, p.4) ou, nas palavras do próprio Humboldt, a cosmografia é “o grande todo” (HUMBOLDT, 1952, p. 9). Ela se constituiria numa espécie de religião de grande apelo mediante a qual a **Razão** encararia a Natureza.

Humboldt evidenciou as relações causais entre os geofatores através dos perfis continentais que traçou, consagrando uma técnica tornada essencial no treinamento dos geógrafos quando da institucionalização (controle termal, isolinhas) (TROLL, 1968 apud SARMIENTO, 2002, p.214; RUPKE, 1999, p.336).

Humboldt acreditava que a mente humana apresentaria uma tendência natural à generalização. Assim, o método de investigar regularidades em um fenômeno e propor generalizações acerca dele era apenas a organização sistemática da inclinação do próprio espírito humano.

Qual seria o caminho metodológico proposto por Humboldt? Não o método corográfico, aquele que, segundo Kant, seria peculiar à Geografia e à história, e sim o procedimento geral adotado pelas ciências, o método comparativo: confrontar os fatos observados num determinado lugar com os fatos da mesma natureza em outros lugares do planeta e então extrair as lições gerais ou válidas universalmente para aquele tipo de fenômeno ou relação natural.

A compreensão e a aplicação deste método na opinião de Martonne (1953, p. 13 - 18), representaram a superação da barreira entre as descrições regionais ou corográficas e a Geografia Geral e, portanto, a fundação da Geografia Moderna.

### 1.2.3 O pensamento geográfico de Carl Ritter

Aos 25 anos de idade, Carl Ritter (1779-1859) publica o seu primeiro trabalho, **Europa: um Quadro Geográfico, Histórico e Estatístico**. Trata-se de um estudo regional, de área ou corográfico, no qual o autor enfrenta os dilemas típicos da prática da regionalização: qual a melhor forma para identificar as diferenciações entre as regiões ou áreas ou partes do continente europeu? Ele se perguntava: seriam os melhores marcos diferenciadores de área regionais na Europa aqueles decorrentes dos fatores naturais? Ou mais adequado seria utilizar os marcos político-administrativos? (CAPEL, 1981, p.42; TATHAM, 1967, p.49).

São reflexões como essas que posicionaram Carl Ritter entre os precursores da Geografia com preocupações regionais. Contudo, embora tenha firmado seu nome no campo corográfico, Ritter também ousou doutrinar generalizações no sentido de propagar o método comparativo, como se vê na sua obra **Introdução à Geografia Geral Comparada**.

Ritter apresentou, em estilo marcadamente profético e doutrinário, uma espécie de quantificação aplicável à análise espacial do todo geográfico. Ele acabou produzindo um modelo de previsão do futuro das formações sociais-territoriais continentais, quer dizer, uma proposta de previsão das possibilidades culturais dos continentes em função da forma geométrica das respectivas bases físicas.

A noção de estrutura espacial desenvolvida por Ritter, a partir da observação das massas continentais, ofereceu, segundo Nicolas-Obadia (1974, p.14), um exemplo pioneiro de uso da abordagem espacial na formação da Geografia moderna, embora existam controvérsias acerca de tal pioneirismo por conta da contribuição anterior de Von Thunen (CAPEL, 1981, p.72) no campo da organização territorial do espaço geográfico rural.

A Europa, conforme Ritter, apresentava a configuração que reuniria “o mais perfeito equilíbrio e a melhor repartição das formas, fluídos e sólidos à superfície da Terra” (RITTER, 1974, p.115). A África, ao contrário, seria para ele um continente com as piores condições geográficas que se poderia imaginar (RITTER, 1974, p.114).

### 1.3 A Geografia Cultural ou Antropogeografia de Frederico Ratzel: a institucionalização disciplinar

Foi na área de zoologia que Frederico Ratzel (1844-1904) recebeu o seu treinamento universitário, precisamente na época em que os ambientes de estudo e pesquisa na biologia achavam-se sob a influência expansiva das generalizações contidas na obra de Charles Darwin.

Ratzel assimila, desse modo, o tema zoológico das migrações das espécies e das suas formas ou mecanismos de adaptações aos diferentes meios. A partir disso, ele passou a exercer atividades jornalísticas de modo profissional na Alemanha. Aos 29 anos, iniciou a sua memorável viagem aos Estados Unidos da América e ao México (1873/5), como enviado e com o suporte financeiro do jornal para o qual trabalhava. Para essa grande viagem o periódico concedeu a Ratzel liberdade para escrever sobre o que julgasse relevante. Observemos que até então os seus escritos jornalísticos se restringiam aos temas da biologia. Assim, deixado tematicamente livre, o que lhe chamou fortemente a atenção foi a presença da imigração chinesa na costa oeste dos EUA.

Precisamente este interesse conduziu-o a escrever e publicar, em 1876, um trabalho sobre o tema, tornado sua tese de doutoramento ou habilitação ao ensino superior (SAUER, 1971, p. 250). Ratzel, também, voltou a sua atenção para a presença das populações de origem africana nas plantações de açúcar e algodão no sul dos Estados Unidos, assim como, interessou-se pela influência exercida pelos imigrantes germânicos na região do Meio-Oeste.

Deste modo, as migrações dos povos com suas culturas, bem como, as reações e adaptações destes povos aos novos meios, foram assuntos que passaram a ocupar papel central nas reflexões de Ratzel, tanto nos dois anos precedentes à sua ascensão à cátedra universitária de Geografia, quanto posteriormente ao longo da sua vida profissional acadêmica.

À época, não só as migrações para a América, mas também, as migrações dentro da Europa representavam um grande tema, especialmente os deslocamentos de pessoas do campo para a cidade, como o evidencia o sucesso do estudo de Ravenstein (1980), **As leis da migração**, publicado no ano de 1885, sobre a

situação da mobilidade populacional na Grã-Bretanha.

Porém, a América havia se tornado um além-mar especial, servindo como uma espécie de laboratório para reflexões sobre cultura, migração, adaptação, diferenciação e progresso. O vendaval que se desencadeou no espaço americano decorria da colonização em massa, do choque com os aborígenes, da imigração volumosa e diversificada culturalmente (africanos, asiáticos, europeus e suas variações), da urbanização e da industrialização aceleradas e do estrondoso progresso agrícola, industrial e de serviços a evidenciar a imensa capacidade de adaptação humana aos novos meios geográficos (RATZEL, 1988).

As discussões sobre a temática da evolução na antropologia e na biologia haviam se tornado muito importantes depois da publicação, em 1859, da Origem das Espécies, por Darwin (1962). A ecologia, por sua vez, dava seus primeiros passos com Haeckel e os etnógrafos lançavam-se pelo mundo na busca dos materiais para tipologizar evolucionariamente os grupos raciais e culturais.

Na opinião de Stoddart (1966), Claval (1974), Sauer (1971), essas influências, entre outras, serão interdisciplinares e decisivas na definição do pensamento geográfico de Frederico Ratzel, quer dizer, na definição da sua Geografia Cultural ou Antropogeografia. Esse era precisamente o ambiente cultural e científico no qual se realizou a institucionalização da Geografia, em que Ratzel foi um dos líderes. A institucionalização – criação dos cursos de Geografia a nível superior – significou a fixação ou o posicionamento burocrático da Geografia Moderna.

Com base na zoologia, Ratzel ofereceu uma estruturação à Geografia a partir da combinação dos conceitos e métodos da zoologia e da antropologia, recuperando tradições holísticas da disciplina, tarefa na qual a sua habilidade de comunicação jornalística certamente o ajudou.

A proposta ratzeliana é essencialmente historicista, posto que ela é uma exploração das razões das mudanças nos padrões culturais do espaço geográfico ao longo do tempo. Uma teoria do progresso ou da história humana vista como progressão adaptativa ao espaço geográfico (BARROS, 2012).

Ratzel, como outros dos seus contemporâneos, acreditava que a capacidade de invenção humana era muito limitada e, por isto, o progresso dos grupos sociais advinha de fato das difusões a partir de uns poucos centros culturais (MORÁN,

1990, p. 50-51). O meio biofísico exercia influência sobre o progresso, mas apenas na medida em que os seus elementos (rios, oceanos, montanhas, florestas, etc.) favoreciam ou dificultavam o espalhamento das invenções entre as populações distribuídas no espaço geográfico.

O paradigma difusionista dominou a Geografia teórica e econômica que veio a tomar forma nos anos de 1950, com os seus sistemáticos estudos das centralidades e dos polos de desenvolvimento aplicados, ora às chamadas paisagens avançadas, ora às paisagens cujos líderes políticos aspiravam revolucionariamente o desenvolvimento.

Observemos finalmente que para compreender a Geografia Moderna é necessário refletir sobre a ideia de progresso. Isto porque a ideia de progresso (BURY, 1932), a partir do século 18, passou a impregnar fortemente as mentes, tornou-se um discurso dominante com a participação de muitos profetas. A proposição da sociedade humana evoluir mediante o cumprimento de três etapas – a etapa teológica, a metafísica, e por fim, a positiva ou científica – advogada por Auguste Comte é parte integrante desse ambiente cultural (LENCIONI, 2003, p. 80-81; BEZZI, 2004, p. 34-39).

A teoria do ciclo de Karl Marx defendia que a sociedade partia do comunismo primitivo, também cumpria etapas e de certa forma, retornaria à origem por meio de um sistema político e científico; ela assemelha-se ao modelo evolutivo de A. Comte. Havia uma teleologia secular emergente ancorada na fascinação por uma progressão social e econômica cumulativa e sempre ascendente. Tudo isso representou a modernização, a expansão da economia de mercado, os grandes conflitos armados e o agigantamento e espraiamento pelo mundo dos imperialismos.

No século XX, toda a Guerra Fria com a sua corrida tensa e violenta pela modernização foi energizada pela mística do progresso, fosse econômico, social, político e cultural.

## Revisando

A Geografia Moderna como ecologia humana – tal como doutrinada por Barrows (1923), Brunhes (1962), La Blache (1954) e tantos outros – foi sendo construída passo a passo durante os séculos XVII, XVIII, XIX e começo do século XX.

Cumpramos observar que ela se edificou com o amplo reconhecimento dos fatos externos (positivos) nas estruturações dos seus enunciados de verdade (BARROS, 1993, 2008). Talvez a maior repercussão da obra de B. Varenius para a formação da Geografia como ciência de padrão moderno derive do fato que ele insistiu nas interfluências entre os estudos gerais – a chamada Geografia Geral ou das Leis – e os estudos corográficos (Geografia especial).

As ideias de Malthus – uma vez que ele não teve atuação na institucionalização da disciplina – é que ajudaram a formar a Geografia Moderna. São claramente evidentes os ecos das proposições de Thomas Malthus no discurso geográfico determinista que se propaga no final do século XIX dentro da disciplina.

O positivismo naturalista cultivado por Humboldt afastava-o do relativismo; era um positivismo naturalista tal como definido por Franz Boas ao fim do século XIX: “cada processo ou cada fenômeno que aparenta ser um conglomerado de irregularidades e incompreensibilidades para o observador [...] é por sua vez a ligação de uma longa cadeia” (BOAS, 1996).

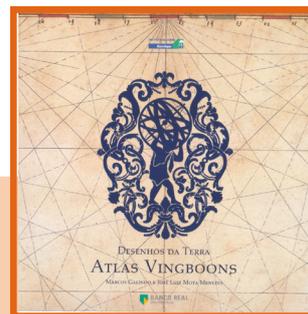
É importante observar que o modelo de C. Ritter no começo do século XIX e, décadas depois, ao final do mesmo século, o difusionismo de Ratzel, ambos irão se apoiar nas chances de interação – ou exposição às difusões – que as diferentes populações possuíam. A partir disso, serão imaginadas as perspectivas e possibilidades de mudança cultural.

Foi a procura por uma lei da História ou por uma lei do progresso social, uma obsessão ou superstição que dominou muitas mentes humanistas cultivadas ao longo do século XIX.

## Saiba mais

Livro **Desenhos da Terra: Atlas Vingboons**, de Marcos Galindo e José Luiz Mota Meneses

Este trabalho apresenta a excelente cartografia produzida nas oficinas de Amsterdã pelos holandeses sobre o Brasil do século 17.



Capítulo **Imago Mundi nas cosmografias renascentistas**, no livro **Quadros geográficos**, de Paulo Cesar da Costa Gomes.

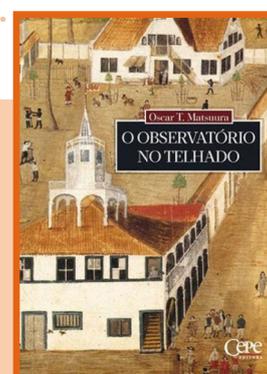
Trata-se de uma abordagem detalhada das representações geográficas renascentistas, especialmente nos Países Baixos.

Livro **Descrição geral da Capitania da Paraíba**, de Elias Herckmans

O trabalho de Herckmans é um excelente exemplo da Geografia regional dos viajantes que se praticava na Holanda e nos ambientes cultos europeus.

Livro **O observatório no telhado**, de Oscar Matsuura

Esta obra examina as contribuições científicas e o ambiente cultural na cidade do Recife chamada de Cidade Maurícia, durante a presença do Conde Maurício de Nassau como Governador do Brasil Holandês.



## Referências

- AGNEW, J.; LIVINGSTONE, D.; ROGERS, A. ed. **Human Geography**: an essential anthology. London: Blackwell Publishers, 1996.
- BAILEY, A. **Making Population Geography**. London: Hodder Arnold, 2005.
- BARROS, N. C. de. **Geografia Humana**: uma introdução às suas ideias. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 1993.
- BARROS, N. C. de. Especiação, Região, Progresso e Política Cultural na Antropogeografia de Frederico Ratzel. **Geografia**, R. Claro/Unesp, v. 31, n. 3, p. 455-467, 2006a.
- BARROS, N. C. de. Império, burocracia e interdisciplinaridade como contextos da Antropogeografia de F. Ratzel. **Geografia**, R. Claro/Unesp, v. 31, n. 1, p. 185-198, 2006b.
- BARROS, N. C. de. Delgado de Carvalho e a Geografia no Brasil como arte da Educação Liberal. **Estudos Avançados**, S. Paulo/USP, n. 62, p. 317-334, 2008.
- BARROS, N. C. de. Antropogeografia: ecologia, cultura e europeização. **Revista de Geografia**, Recife/UFPE, v. 29, n. 2, p. 25-33, 2012.
- BARROWS, H. Geography as Human Ecology. **Annals of The Association of American Geographers**, v. 13, n. 1, p. 1-14, 1923.
- BEZZY, M. **Região**: uma (Re)visão historiográfica – da Gênese aos novos Paradigmas. S. Maria: Editora Universitária da U. Federal de S. Maria, 2004.
- BOAS, F. The Study of Geography. *In*: AGNEW, L.; LIVINGSTONE, D.; ROGERS, A. **Human Geography**, p. 173-180, 1996. (orig. publicado, 1887).
- BRUNHES, J. **Geografia humana**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura Econômica, 1962.
- BURY, J. **The ideia of progress**. New York: MacMillan/Dover, 1932.
- CAPEL, H. **Filosofía y ciencia en la Geografía contemporánea**: una introducción a la Geografía. Barcelona: Barcanova, 1981.

- CLAVAL, P. **Evolución de la Geografía Humana**. Barcelona: Oikus-tau, 1974.
- DARWIN, C. **The origin of Species by means of natural selection or the preservation of favoured races in the struggle for life**. London: Collier Books, 1962.
- GALINDO, M.; MENEZES, J. L. (org.) **Desenhos da Terra: Atlas Vingboons**. Recife: Instituto Cultural Bandepe/Banco Real, 2003.
- GOMES, P. *Imago Mundi* nas cosmografias renascentistas. *In*: GOMES, P. **Quadros Geográficos**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2017, p. 81-92.
- HERCKMANS, E. **Descrição geral da Capitania da Paraíba**. João Pessoa: União, 1982.
- HUMBOLDT, A. **Cosmos: a sketch of a Physical description of the Universe**. London: v. 4, 1952.
- LA BLACHE, P. Significado e objeto da Geografia Humana. *In*: LA BLACHE, P. **Princípios de Geografia Humana**. Cosmos: Lisboa, p. 27-45, 1954.
- LENCIONI, S. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 2003.
- LIVINGSTONE, D. **The Geographical Tradition**. London Blackwell, 1992.
- LIVINGSTONE, D. **Putting Science in Its Place**. University of Chicago Press, 2003.
- LIVINGSTONE, D.; WHITERS, C. eds. **Geography and Enlightenment**. University of Chicago Press, 1999.
- MALTHUS, T. **Primer Ensayo sobre la población**. Madrid: Alianza Editorial, 1798. (Impressão de 1970, com o prólogo de J. M. Keynes: Robert Maltus (1766-1834): El primer economista de Cambridge).
- MARTONNE, E. de. **Panorama da Geografia**. Lisboa: Editora Cosmos, vol. 1, 1953.
- MATSUURA, O. **O observatório no telhado**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), 2011.
- MORÁN, E. **Ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1990.

NICOLAS - OBADIA, G. Introdução. *In*: RITTER, **Cahiers de Géographie de Besançon**, p. 5-32, 1972.

RATZEL, F. **Sketches of Urban and Cultural Life in North America**. New Brunswick: Rutgers University Press, 1988. (originalmente publicado em 1876).

RAVENSTEIN, E. As leis da migração. *In*: MOURA, H. (org.) **Migrações Internas: textos selecionados**. Fortaleza: BNB, v. 1, p. 23 - 88, 1980. (orig. publicado em 1885).

RITTER, C. **Introducción à la Géographie Generale Comparée**. Les Belles Lettres, n. 22, 1974. (orig. publicado em 1852).

RUPKE, N. A Geography of Enlightenment: the critical reception of Alexander von Humboldt's Mexico Work. *In*: LIVINGSTONE, D.; WITHERS, C. ed. **Geography and Enlightenment**, p. 319-344, 1999.

SARMIENTO, F. Anthropogenic change in the landscapes of highland Ecuador. **Geographical Review**, v. 92, n. 2, p. 213-234, 2002.

SAUER, C. The formative years of Ratzel in the United States. **Annals of The Association of American Geographers**, v. 61, n. 2, p. 245-254, 1971.

STODDART, D. Darwin's impact on Geography. **Annals of The Association of American Geographers**, v. 56, p. 683-689, 1966.

STODDART, D. Geography: an European science. **Geography**, v. 67, p. 289-296, 1982.

TATHAM, G. Geography in the Nineteenth Century. *In*: TAYLOR, G. ed. **Geography in the Twentieth Century**, p. 28-69, 1967.

TAYLOR, G. **Geography in the Twentieth Century: a study of growth, fields, techniques, aims and trends**. London: Methuen, 1967.

TROLL, C. ed. Symposium on the Geo-Ecology of the Mountainous Regions of the Tropical Americas. SARMIENTO, F. **Bonn**: Dümler in Kommission, 2002.

VARENIUS, B. **Geographia generalis**. Amstelodami: Officina Elzeviriana, 1664.

# 2

## A dimensão teórica, geral ou sistemática da Geografia: o exemplo do modelo do ciclo da Região Turística

Introdução à Ciência Geográfica

Prof. Nilson Cortez Crocia de Barros

## Objetivos de aprendizagem

- 1 Compreender a dimensão teórica, geral, sistemática ou tópica da disciplina. No caso, a Geografia Sistemática do Turismo.
- 2 Definir o que é um modelo teórico em Geografia a partir do modelo ou teoria do ciclo das destinações turísticas.
- 3 Identificar a importância do conceito de região nos estudos geográficos, inclusive, nos estudos geográficos de estilo teórico.

## Introdução

A Geografia sistemática ou tópica é a parte mais dinâmica da Geografia. Ela é permanentemente desafiada a oferecer análises da natureza e das propriedades espaciais e territoriais dos importantes problemas sociais, ambientais, econômicos e culturais enfrentados pelas populações humanas. Exemplos de Geografias Sistemáticas são: a Geografia da População, a Geografia Urbana, a Geografia do Turismo (objeto deste Capítulo), a Geografia Agrária, etc.

Visando alcançar os objetivos do presente Capítulo, vamos proceder a uma revisão bibliográfica do Modelo Teórico do Ciclo da Região ou da Destinação Turística, conhecido como o mais influente dos modelos ou abordagens teóricas da Geografia Sistemática ou Teórica do Turismo.

O espalhamento do turismo pelo litoral do Brasil provocou uma expansão da fronteira de serviços de lazer, entretenimento e acomodações por sobre áreas que antes possuíam uma escassa utilização produtiva. Ao longo desse litoral existem consideráveis secções de área que exibem estoques de capital natural que efetivamente se tornaram fronteiras de recursos interessantes aos empreendedores do setor. As frentes tornaram-se destinações, resorts ou – numa linguagem mais geográfica – regiões turísticas, com suas centralidades locais de serviços nas povoações preexistentes.

Assim, propagou-se aceleradamente uma urbanização turística, uma variedade de expansão urbana bem identificada por Stansfield (1970). É importante notar que não obstante as destinações turísticas apresentem as suas peculiaridades,

elas também exibem traços que lhes são comuns. Essa evidência de características comuns ou compartilhadas pelas áreas ou regiões turísticas estimula e alimenta as reflexões teóricas sistemáticas da Geografia do Turismo acerca das propriedades gerais da ontologia dos resorts.

## 2.1 A abordagem geográfica sistemática da função turística e o modelo do ciclo das destinações ou regiões

O período compreendido entre o final dos anos de 1960 e os primeiros anos da década de 1980 registrou grande criatividade e efervescência nas análises teórico-espaciais do turismo (PEARCE, 2003, p. 29 e 55; LAZZAROTTI, 2002, p. 140 - 141). Exemplos mais representativos dessa ebulição de estilo teórico-espacial são os trabalhos de Yokeno (1968), Thurot (1973), Plog (1973), Miossec (1976), Butler (1980), e os de Lundgren (1982, 1984), entre outros. Realmente, foi o período de lançamento de obras influentes no desenvolvimento da Geografia Sistemática do Turismo (HALL; PAGE, 2000, p. 6).

Contudo, no começo dos anos de 1990, os estilos de pesquisa em turismo começaram a revelar o que se poderia chamar de “multiplicidade de direções” (LOZATO-GIOTART, 1993, p.263), no universo de numerosos estudos no campo do planejamento turístico e participação social (ARAÚJO; BRAMWELL, 2002). Observe-se, entretanto, que as pesquisas dos anos 90 e mais recentes não deixaram de abordar, de reapreciar e de incorporar com ênfase as contribuições teóricas daqueles anos mais lógico-positivistas da Geografia do Turismo – fins dos anos 60 e anos de 1970 – aos novos fluxos temáticos.

Os desenvolvimentos na Geografia do Turismo, no final dos anos 90 e no século XXI, estruturados em torno de conceitos básicos como efeito-distância, centralidades, polaridades, centro-periferia, acessibilidade e circulação – aspirados do acervo teórico consolidado da Geografia – indicavam que uma realidade urbana emergente estava a desafiar o acervo instrumental da análise espacial urbana.

O modelo de Butler (1980) da dinâmica da região turística, que será a seguir detalhadamente exposto e revisado no presente trabalho, tem exercido importante

papel nesta estruturação teórica e sistemática (HALL; PAGE, 2000, p. 6). Tal modelo é inspirado na ideia do ciclo do produto (marketing) e utiliza uma metáfora ecobiológica que se revelou útil nas análises de sustentabilidade induzidas pelo imperativo ambiental, análises que se tornaram influentes nos anos finais do século XX e do século XXI.

## 2.2 A análise cíclica de longo prazo da região ou destinação turística

O modelo do ciclo da região ou área turística em foco (BUTLER, 1980) é efetivamente o modelo mais influente em Geografia do Turismo, embora existam outros que também oferecem tipologias evolutivas ou temporais para as destinações. Levando-se em conta a classificação de Coltman (1989) para os ciclos – ciclo curto ou sazonal, ciclo de média duração e ciclo de longo prazo ou de tendência – o modelo do ciclo dos resorts, das destinações ou das zonas turísticas sob apreciação encaixa-se na categoria dos modelos cíclicos de tendência ou de longo prazo (COLTMAN, 1989, apud GONÇALVES; AGUA, 1997, p.12).

No modelo, a destinação é identificada como uma área, que é uma porção do espaço geográfico definida como região pelo critério do domínio funcional do turismo (GOMES, 1995; LENCIONI, 2003). O conceito de região é utilizado para circunscrever territorialmente o assentamento ou o “lugar turístico”, na denominação de Cruz (2003, p.13), que vai ser submetido à análise tipológico-evolutiva ou temporal.

O modelo encerra a ideia de que o espaço geográfico é regionalizado e se altera – é produzido – por processos, no caso, comandados pelo sistema cultural dos serviços de lazer e entretenimento. Entre outros, Turner e Ash (1976, p.12) observaram que essas destinações (regiões) periféricas estavam constantemente em mudança e que elas possuíam uma ontologia bem dinâmica. Observar, examinar, avaliar e discutir o amplo espectro das experiências ontológicas destes resorts e dos resorts em geral, procurando a partir daí edificar uma interpretação teórica em geral destas experiências, é o objetivo básico do modelo.

Os efeitos ambientais se revelam severos e se nota que o turismo também

poderia até mesmo ser entendido, embora com controvérsias, como uma atividade 'extrativa', uma vez que "[...] opera se apropriando dos recursos ambientais para transformá-los e vendê-los" (GARROD; FYALL, 1998, p. 199), tal como a exploração de madeira, a pesca, etc.

Algumas análises de destinações inspiradas no modelo do ciclo procuram centrar as atenções nas alterações acontecidas nos recursos naturais ao longo das fases, como Hernandez e Leon (2007). As intervenções de recuperação ambiental na fase de estagnação da destinação visam o seu rejuvenescimento e abre esperanças para que enfim escape ao declínio.

### 2.3 As etapas teóricas do ciclo da destinação

A destinação – região turística – tem sua ontologia descrita em etapas, fases ou estágios teóricos sucessivos.

A destinação apresenta uma sequência de seis fases:

- 1) a fase da exploração;
- 2) a fase do envolvimento;
- 3) a fase do desenvolvimento;
- 4) a fase da consolidação;
- 5) a fase da estagnação e
- 6) a fase do declínio ou, no caso oposto, do rejuvenescimento da destinação.

Muitos estudiosos haviam percebido que as destinações iam experimentando mudanças ao longo do tempo. Likorish e Kershaw (1958, apud CHOY, 1992, p. 26) descreveram a tendência de substituição dos visitantes ricos pelos visitantes da classe média à proporção que a destinação estava se tornando mais antiga. Finalmente, a destinação acabava dominada pelos visitantes mais pobres e a região-produto (a destinação) já não era mais o "produto" que existiu na fase originária ou inicial.

Observações similares estão nos trabalhos de Christaller (1963, apud BUTLER, 1980, p. 5), Plog (1973) e Stansfield (1970), entre outros. A ideia básica é que existe uma sucessão diferencial nos visitantes consumidores da destinação e Butler sistematiza esta ideia inspirando-se no conceito de ocupação sequencial

do espaço de D. Whittlesey (1929), tal como o observou Johnston (2001, p. 5).

A base da ocupação sequencial é a competição ecológica (invasão e sucessão) dentro do espaço urbano-turístico entre as espécies ou tipos diferentes de turistas, abordagem reconhecidamente clássica na ecologia urbana e associada à Escola de Sociologia de Chicago (ENTRIKIN, 1980). A população dos visitantes (os consumidores turísticos) e o meio geográfico (a destinação) são as variáveis centrais.

Butler argumenta existir um processo acumulativo no espaço ao longo da evolução da área ou da região turística. Quer dizer, o que acontece na destinação irá, de modo cumulativo e organicamente, estruturar-se espacialmente e atuar posteriormente na definição do caráter do lugar turístico, afetando então o futuro da destinação.

Tal como em toda reunião de objetos materiais e relações sociais, uma destinação possui origem, desenvolvimento e decadência. O modelo de Butler, portanto, se suporta nas ideias ecológicas da dinâmica de populações (WILKINSON, 1996, p.17) associadas à ecologia regional ou à paisagem.

## 2.4 Críticas à tipologia das fases de evolução da região turística

Em torno do modelo rondam muitas críticas. Dentre elas, são numerosas aquelas dirigidas especificamente à sequência proposta das fases para o desenvolvimento da destinação. O próprio Butler admite que, no caso de o turismo ter se difundido por áreas onde não existia assentamento humano anterior ou no caso deste assentamento ser de pequena importância, não faria sentido considerar os dois primeiros estágios da evolução, isto é, o da exploração e o do envolvimento (Butler, 1980). Observe-se que foi inspirado justamente nos sistemáticos estudos feitos por Noronha (1976), no seu célebre trabalho para o Banco Mundial, que Butler se baseou para evidenciar os limites da sua própria proposta.

Outro crítico das fases argumenta com o exemplo empírico das Ilhas Salomão: aparentavam essas ilhas estarem no início do desenvolvimento turístico, mas na realidade já estavam provavelmente ingressando num “estágio modificado de declínio” (DOUGLAS, 1997, p. 17). Ou seja, muitas fases propostas eram

irreconhecíveis para certas destinações. Além disso, essa “amputação” de fases seria bem mais comum do que se pensava.

Papua Nova Guiné, por exemplo, havia passado dos “primeiros momentos de evolução” para um claro declínio desde o ano de 1973 (DOUGLAS, 1997, p. 17). Para alguns, o comportamento do desenvolvimento das destinações coincidiria com o modelo apenas em bem poucos casos, e então não se deveria esperar muito da sua capacidade preditiva (COOPER, 1994, p. 344, apud WILKINSON, 1996, p. 23).

Diante de tanta controvérsia, como seria possível identificar a fase na qual estaria uma determinada região turística? Agarwal (1997) lamentou que o modelo de Butler não oferecesse indicadores claros para que a pesquisa sobre uma determinada destinação pudesse identificar, com clareza, quando a mesma se deslocava de uma fase a outra. Melhor seria, afirmou, que o modelo atribuísse mais valor aos momentos de superposição (*overlapping*) entre as fases que se sucedem (AGARWAL, 1997, p. 69, 70 e 71) que às fases separadas propriamente ditas.

Intervenções funcionais de origem externa ou interna, tais como a introdução de novas atrações – casas de shows, marinas, instalações esportivas, museus, casas de jogos, etc. – poderiam lançar a destinação turística em um novo ciclo de desenvolvimento a ponto de alterar toda a lógica da sequência das fases do ciclo anterior.

Investimentos em novas atrações são estratégias comuns em velhos resorts, inclusive na Europa Mediterrânea (CHALKITI, 2007, p.163), para conferir sustentabilidade às antigas destinações de massa. Pode-se supor que estas novas atrações poderiam mesmo criar uma situação nova de fases, o que cortaria os vínculos lógico-sequenciais do quadro atual da destinação com a sua história prévia (CHOY, 1992, p. 29). O modelo de Butler falharia, nesses casos, em identificar as fases. Poder-se-ia perguntar: estaríamos diante de um novo ciclo com novas fases? Ou ainda diante do mesmo antigo ciclo renovado? (CHOY, 1992, p. 29).

Não obstante todas as críticas que possam ser feitas ao modelo do ciclo e sua lógica evolucionária, os analistas em geral – inclusive aqueles particularmente críticos do modelo – reconhecem seu notável valor e influência, o que se expressa por massivas discussões e reedições de trabalhos (BUTLER, 2006;

TSIAKALI, 2008). As discussões teóricas sobre o desenvolvimento das regiões turísticas, elas prosseguem; as controvérsias, também, e identificam-se significativos reconhecimentos ao modelo do ciclo. Um exemplo disto é Agarwal, que sugeriu – quando se tratasse de se pensar o que fazer para reestruturar uma destinação – que se tivesse sempre em mente a fase do ciclo na qual a destinação se encontrava (AGARWAL, 2002, p. 48-49), contrariando suas próprias críticas feitas 5 anos antes.

## 2.5 O modelo e a sua teleologia

Há aqueles que acusam o modelo de Butler de oferecer uma interpretação naturalista (positivista) e fatalista para o desenvolvimento das destinações, por conta do claro parentesco da sua proposta com os estudos de ecodinâmica das populações não humanas. O estilo do modelo de Butler tem gerado reações nos círculos acadêmicos influenciados pelo relativismo, pelo culturalismo e pelo criticismo deconstrutor. Certos autores, como Franklin e Crang (2001) argumentam que o modelo seria reforçador das visões deterministas dos processos sociais e ambientais, naturalizando ou propondo uma lei para o comportamento social global de uma destinação turística.

O modelo modelaria o turismo, segundo Franklin e Crang (2001), como se o turismo fosse “um fenômeno cultural constante”, gerando-se, segundo Picard (1996, p.104, *apud* FRANKLIN; CRANG, 2001, p. 7), um “esquema conceitual coercivo” (FRANKLIN; CRANG, 2001, p. 7). Existem, evidentemente, diversos modelos de natureza evolucionária aparentados com o de Butler<sup>1</sup>; mas foi o seu modelo que acabou se tornando, segundo Franklin e Crang (2001, p. 7), o “modelo vilão”.

No geral, tais críticas partem dos chamados estudos culturais críticos e deconstrucionistas que se propagaram nos anos de 1990. Nesta perspectiva crítica, faz sentido refletir sobre a dimensão ético-social da linguagem e da lógica sequencial proposta no modelo.

Vejamos: pode-se perguntar por que, justamente quando as populações locais pobres do entorno de uma destinação passam a dominá-la e consumi-la com

---

1 Entre outros, os propostos por Noronha (1979, p.9) e por Albuquerque & McElroy (1992).

suas visitas de um dia, diz-se, então, que a destinação está **decadente**? Qualquer resposta que se ofereça, ela nunca poderá ser positiva, é uma escolha moral, humana, gerada a partir dos agentes humanos, seus valores, suas preferências e interesses, e servirá apenas para arremessar mais papel alimentando a fogueira das discussões na análise espacial do turismo.

Não seria apenas uma verdade ontológica positiva, externa e objetiva que explicaria a linguagem presente no modelo, mas as projeções das preferências dos segmentos de consumo turístico, preferências que ecoam nos processos técnicos e científicos de estruturação das representações teóricas.

## 2.6 Críticas à minimização das relações extrarregionais

Muito criticada no modelo é a desigual atenção que ele confere aos fatores externos e internos na moldagem evolutiva da destinação/região. A muito maior ênfase na análise dos fatores orgânicos internos à destinação induziria o pesquisador a uma subapreciação do ambiente dos fatores culturais, sociais, políticos e econômicos externos (as relações extrarregionais), afirmam os críticos.

Revelar-se-ia uma desatenção àquilo que Massey (2005) denomina Multiplicidades Fatoriais Contemporâneas. Agarwal (1997) afirmou que mudanças em um dos fatores externos<sup>2</sup> – mudanças de fato imprevisíveis – seriam o bastante para afetar o ciclo teórico da destinação, negando-se, em função disto, a capacidade do modelo de antecipar a trajetória da região turística.

Em revisão, Agarwal postula que o desenvolvimento da destinação é resultado do encontro entre as condições internas e as condições externas. Agarwal (2002) e Cole (2007) chamam atenção para a influência e relevância atual do fenômeno da mundialização ou globalização, relevância também observada por Wahab e Cooper (2001).

Os fatores externos ou internos podem injetar, transferir e conceder novas

---

2 Entre estes fatores externos: comportamento das taxas de câmbio, crises econômicas nas zonas de emissão de turistas, eventos de subversão da ordem e instabilidade políticas (terrorismo, guerrilha, xenofobia, crime organizado, insegurança), surgimento de destinações competitivas, instabilidades gerenciais nas políticas públicas, iniciativas empresariais, ação de organismos multilaterais de investimentos, eventos climáticos, geológicos, graves distúrbios ecológicos e epidemiológicos, etc.

energias a uma destinação turística; ou, ao contrário, arrastá-la ao declínio. Resulta que novas pesquisas são sempre necessárias para investigar as fontes internas e externas que intervêm na dinâmica das destinações (AGARWAL, 2002, p. 48).

Quanto à influência dos fatores internos nas características das fases evolutivas de uma região turística, foi observado por Barros (2002, 2003, 2005, 2009, 2013) que, sob as condições geográficas da ampla disponibilidade de terras (recursos naturais), o fenômeno da extensividade ou espraiamento das funções de hospedagem pode vir a amplificar ou prolongar a **fase de desenvolvimento**, levando-a a superpor-se (estar em *overlapping*) com a **fase de consolidação**.

## 2.7 A valorização da propriedade unificadora do modelo de ciclo

Aqui, predominantemente, reside o lado mais convincente da utilidade do modelo para pesquisas abrangentes acerca das destinações turísticas. São numerosas as simpatias ao modelo como um conceito unificador do desenvolvimento turístico regional, especialmente, quando se pode proceder a análises de longa duração.

Para Cooper (1994), o modelo é útil como “conceito descritivo unificador” do desenvolvimento de uma destinação, permitindo ao pesquisador considerar, de maneira integrada, diferentes fatores que influenciam essa dinâmica, não obstante a maioria das destinações apresenta desenvolvimento divergente da previsão evolucionária teórica ou geral.

Similarmente, Agarwal (2002) considera o modelo de Butler (1980) uma estrutura conceptual descritiva útil. Ela permitiria identificar os agentes e os processos atuantes em uma destinação particular. Hovinen (2002) reconheceu – acompanhando Agarwal e Cooper, antes referidos – que o modelo é uma ferramenta compreensível e útil à descrição e à interpretação da dinâmica das localidades turísticas.

Em consequência, o modelo induz teoricamente esforços multi-instrumentais de planejamento estratégico, esforços importantes para dar sustentabilidade às destinações (HOVINEN, 2002, p. 227 - 228; AQUILÓ *et al.*, 2005, p. 19), ainda que ele reconhecidamente espelhe de maneira deficiente o desenvolvimento das mesmas.

Em direção contrária aos críticos, registram-se fortes simpatias à capacidade

preditiva do modelo e daí os desentendimentos continuam. Apesar de tão abstrato, o modelo apresentaria utilidade prática no campo do planejamento e gerenciamento nas zonas turísticas. Segundo Jennings (2004, p. 899), em função do preço que a terra e as construções vão adquirindo à proporção que uma destinação se consolida, as medidas de planejamento ambiental seriam menos custosas e mais efetivas fossem elas tomadas antecipadamente, isto é, nas fases iniciais da flexivelmente prevista dinâmica evolutiva da destinação segundo o modelo do ciclo.

Russell Smith (1992), assim como outros teóricos, considera que não existem tantas diferenças entre o modelo e as experiências reais do desenvolvimento das destinações turísticas. Em seu trabalho sobre a destinação litorânea de Pattaya, na Tailândia, Smith entende – contrariamente aqueles que duvidam da capacidade de previsibilidade do modelo – que os efeitos de deterioração da destinação, à proporção que a urbanização turística se expandia, não estavam a negar as proposições gerais de evolução em fases.

## Revisando

Apesar de todo o volumoso criticismo construído em torno deste modelo, ele é uma referência central nas análises dedicadas ao estudo sistemático da dinâmica das destinações. O Modelo do Ciclo continua a suscitar um ininterrupto, fluente e variado espectro de discussões produtivas sobre a ontologia das regiões na Análise Espacial do Turismo.

É verdade que a sequência teórica das fases nele proposta, a minimização das relações extrarregionais e a natureza digamos finalista ou arriscadamente prospectiva do modelo são os três pontos mais atacados. Entretanto, existe reconhecimento, inclusive entre os seus críticos, que a representação sequencial proposta por Butler oferece eficiente ferramenta teórica unificadora ou integradora das propriedades da região turística em sua dinâmica. Em decorrência, o modelo poderia auxiliar na organização metodológica dos trabalhos geográficos empíricos de diagnóstico e na construção dos cenários prospectivos para as destinações ou regiões turísticas.

Fato é que o modelo continua a ocupar uma posição proeminente no acervo

teórico de suporte aos estudos acadêmicos e de *consultancy* sobre os ambientes cada vez mais competitivos das destinações e dos investimentos turísticos.

Como observamos, no Modelo do Ciclo das destinações turísticas, o conceito de região ocupa uma posição central. O modelo permite teorizar sobre a dinâmica do desenvolvimento regional de natureza turística. Eis um exemplo claro da Geografia Geral, quer dizer, da Geografia Teórica ou Sistemática aplicada à análise dos assentamentos dominados pela função turística.

As críticas ao modelo são muitas, não restam dúvidas. O modelo mais influente paga naturalmente o preço de ser o mais exposto às revisões bibliográficas e aos criticismos em geral. Essas críticas se concentram ora na sequência das fases de desenvolvimento, ora na natureza teleológica da teorização e além disso na minimização da influência dos fatores externos ou extrarregionais no desenvolvimento da região turística ou resort.

Contudo, não obstante todos os criticismos, o modelo persiste assentado no coração das discussões teóricas em torno do desenvolvimento das regiões ou áreas turísticas. O seu mais reconhecido mérito é, sem dúvida, o de permitir uma abordagem integrada, unificadora ou geográfica das diferentes variáveis ambientais e culturais que atuam na produção da região ou destinação turística.

**Saiba mais**

Artigos **The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources** e **Tourism in the future: Cycles, waves or Wheels?**, de R. W. Butler.

Butler, ao propor o seu modelo em 1980, nunca pensou em postular – para todas as regiões turísticas do globo – uma evolução fatal e uniforme. Recomendamos então a leitura de dois artigos: o primeiro, em que o autor propõe o modelo; e o segundo, escrito quase 3 décadas depois, em que reaprecia a sua própria proposta anterior.

Livro **Geografia do Turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens**, de D. Pearce.

Para aqueles interessados num panorama vasto e preciso da Geografia teórica do turismo, é recomendada a leitura do trabalho de D. Pearce.

Livro **Por que as destinações turísticas no Nordeste do Brasil não declinam: uma interpretação geográfica**, de Nilson Barros.

Capítulo **Alterações demográficas da população local ao longo do desenvolvimento da região turística: um estudo no Município de Tibau do Sul (Pipa), RN**, de Nilson Barros.

Para examinar um caso de aplicação do modelo de ciclo à realidade brasileira sugerimos a leitura dos dois últimos textos.

## Referências

AGARWAL, S. The resorts cycle and seaside tourism: an assessment of its applicability and validity. **Tourism Management**, Holanda, v. 18, n. 2, p. 65-73, 1997.

AGARWAL, S. Restructuring seaside tourism: the resort lifecycle. **Annals of Tourism Research**, v. 29, n. 1, p. 25-55, 2002.

AQUILLÓ, E.; ALEGRE, J.; SARD, M. The persistence of the sun and sand tourism model. **Tourism Management**, Holanda, v. 26, n. 1, p. 219-231, 2005.

ALBUQUERQUE, K.; MCELROY, J. Caribbean small-island tourism styles and sustainable strategies. **Environmental Management**, [London] v. 16, n. 5, p. 619-632, 1992.

ARAÚJO, L.; BRAMWELL, B. Partnership and regional tourism in Brazil. **Annals of Tourism Research**, v. 29, n. 4, p. 1138-1164, 2002.

BARROS, N. de. Seaside tourist destination area in North East Brazil. **Paper presented at the Annual Meeting of the Associação dos Geógrafos Americanos (AAG)**, Los Angeles, 2002.

BARROS, N. de. O rejuvenescimento da região turística por expansão geográfica e redistribuição territorial das funções: a destinação turística de Pipa, litoral do Nordeste do Brasil. **Revista Geográfica**, Instituto Panamericano de Geografia e História, México, n. 133, p. 73-90, 2003.

BARROS, N. Expansão turística, dinâmica espacial e sustentabilidade das destinações no litoral do Nordeste do Brasil. **Turismo: visão e ação**, Camboriú, v. 7, n. 2, p. 241-256, 2005.

BARROS, N. **Por que as destinações turísticas no Nordeste do Brasil não declinam: uma interpretação geográfica?** Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

BARROS, N. Alterações demográficas da população local ao longo do desenvolvimento da região turística: um estudo no município de Tibau do Sul (RN). In: OJIMA, R.; FUSCO, W. **Migrações nordestinas no século 21: um panorama**

recente. São Paulo: Blücher, 2014, p.159-200.

BUTLER, R. W. The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources. **Canadian Geographer**, [EUA: Nova Jersey], v. 24, n. 1, p. 5-12, 1980.

BUTLER, R. W. ed. **The tourism area life cycle**: applications and modifications. Clevedon, England: Channel View Publications, volume 1, 2006.

BUTLER, R. W. Tourism in the future: Cycles, waves or Wheels? **Futures**, v. 41, n. 6, p. 346-352, 2009.

CHALKITI, K. Coastal Mass Tourism: diversification and sustainable development in Southern Europe, **Tourismos**: an international Multidisciplinary Journal of Tourism, University of the Aegean: Grécia, v.2, n.1, p.163-166, 2007.

CHOY, D. Life Cycle Model for Pacific Islands Destinations. **Journal of Travel Research**, [New York], v. 30, p. 26-31, 1992.

CHRISTALLER, W. Some considerations of tourism location in Europe. *In*: BUTLER, R. W. The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources. **Canadian Geographer**, v. 24, n. 1, p. 5-12, 1980.

COLE, S. Beyond the Resort Life Cycle: the micro-dynamics of destination tourism. **Journal of Regional Analysis & Policy**, [University Ave Morgantown, West Virginia], v. 37, n. 3, p. 266-278, 2007.

COLTMAN, M. M. Introduction to Travel and Tourism. *In*: GONÇALVES, V.; ÁGUAS, P. The concept of life cycle: an application to the tourist product. **Journal of Travel Research**, [Nova York], v. 36, n. 2, p. 12- 22, 1997.

COOPER, C. The destination life-cycle: an update. *In*: SEATON, A.V., JENKINS, C.L. *et al.*, eds. **Tourism: the State of the Art**. Chichester, West Sussex: John Wiley e Sons, 1994, p. 340-346.

CRUZ, R. C. **Introdução à Geografia do Turismo**. São Paulo: Roca, 2003.

DOUGLAS, N. Applying the life-cycle model to Melanesia. **Annals of Tourism Research**, v. 24, n. 1, p. 1-22, 1997.

ENTRIKIN, J. Robert Park's human ecology and geography. **Annals of The Association of American Geographers**, v. 70, p. 615-632, 1980.

FRANKLIN, A.; CRANG, M. The trouble with tourism and travel theory? **Tourist Studies**, [New York], v. 1, n. 1, p. 5-22, 2001.

GARROD, B.; FYALL, A. Beyond the rhetoric of sustainable tourism? **Tourism Management**, Holanda, v. 19, n. 3, p. 199-212, 1998.

GOMES, P. O conceito de Região e sua discussão. *In*: CASTRO, I.; GOMES, P.; CORREA, R. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995, p. 49-76.

GONÇALVES, V.; ÁGUAS, P. The concept of life cycle: an application to the tourist product. **Journal of Travel Research**, [Nova York] v. 36, n. 2, p. 12-22, 1997..

HALL, C.; PAGE, S. **The Geography of Tourism and recreation: environment, place and space**. London: Routledge, 2000.

HARRISON, L; HUSBANDS, W. eds. **Practicing responsible tourism: international case studies in Tourism planning, policy and development**. New York: John Wiley & Sons, 1996.

HERNANDEZ, J.; LEON, C. The interactions between natural and physical capitals in the tourist lifecycle model. **Ecological Economics**, Holanda, v. 62, n. 1, p. 184-193, 2007.

HOVINEN, G. Revisiting the destination lifecycle model. **Annals of Tourism Research**, v. 29, n. 1, p. 209-230, 2002.

JENINGS, S. Coastal tourism and shoreline management. **Annals of Tourism Research**, v. 31, n. 4, p. 899-922, 2004.

JOHNSTON, C. Shoring the foundations of the destination life cycle model, part 1: ontological and epistemological. **Tourism Geographies**, London, v. 3, n. 1, 2, p. 2-28, 2001.

JOHNSTON, C. Shoring the foundations of the destination life cycle model, part 2: a case study of Khona, Hawai'i Island. **Tourism Geographies**, London, v. 3, n. 2, p. 135-164, 2001.

LAZZAROTTI, O. French tourism geographies: a review. **Tourism Geographies**, London, v. 4, n. 2, p. 135-147, 2002.

LENCIONI, S. **Região e Geografia**. São Paulo, Edusp; 2003.

LIKORISH, J.; KERSHAW, A. The Travel Trade. *In*: CHOY, D. Life Cycle Model for Pacific Islands Destinations. **Journal of Travel Research**, v. 30, p. 26-31, 1992.

LOZATO-GIOTART, J. **Géographie du tourisme**. Paris: Masson, 1993.

LUNDGREN, J. The tourist frontier of Nouveau Quebec: functions and regional linkages. **Tourist Review**, Bingley, v. 37, n. 2, p. 10-16, 1982.

LUNDGREN, J. Geographic concepts and the development of tourism research in Canada. **GeoJournal**, v. 9, n. 1, p. 17-25, 1984.

MASSEY, D. **For Space**. London: Sage Publications, 2005.

MIOSSEC, J. Elements pour une théorie de l' espace touristique. **Les Cahiers du Tourisme**, Aix-en-Provence, n. 36, 1976.

NORONHA, R. **Review of the sociological literature on tourism**. Washington: The World Bank, 1976.

NORONHA, R. Social and Cultural Dimensions of Tourism. **World Bank Staff Working Paper**, Washington DC, n. 326, 1979.

PEARCE, D. **Geografia do Turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens**. São Paulo: Aleph, 2003.

PICARD, M. **Bali: Cultural Tourism and Tourist Culture**. Singapore: Arquipelago Press, 1996.

PLOG, S. Why destination areas rise and fall in popularity. **Cornell Hotel and Restaurant Administration Quarterly**, Cornell University, p. 13-16, November 1973.

SMITH, R. Beach Resort Evolution: Implications for Planning. **Annals of Tourism Research**, n. 19, p. 304-322, 1992.

STANSFIELD, C. The development of modern seaside resort. **Parks and Recreation**,

[Holanda], v. 5, n. 10, p. 14-17; 43-46, 1970.

THUROT, J. **Les Tourisme tropical Balnéaire: le modele caraibe et ses extensions.** Tese (presentée au Centre d'Études du Tourisme), Aix-en-Provence, 1973.

TSIAKALI, K. The tourism area life cycle. **Tourismos: an international Multidisciplinary Journal of Tourism**, University of the Aegean, v. 3, n. 1, 2008, p. 200-203.

TURNER, L.; ASH, J. **The golden hordes.** New York: St. Martin Pres, 1976.

WAHAB, S.; COOPER, C. eds. **Tourism in the Age of Globalization.** London: Routledge, 2001.

WHITTLESEY, D. Sequent Ocupance. **Annals of The Association of American Geographers**, v. 19, p. 162-165, 1929.

WILKINSON, P. Graphical Images of the Commonwealth Caribbean. *In*: HARRISON; HUSBANDS, eds. **Practicing responsible tourism: international case studies in Tourism planning, policy and development.** New York: John Wiley & Sons, 1996, p. 16-40.

YOKENO, N. La localization de l'industrie touristique: aplicacion de l'analyse de Thünen-Weber. **Cahiers du Tourisme**, Chet: Aix-en-Provence, n. 9, 1968.



# 3

## A Região ou Paisagem Complexa e de Síntese: estética, subjetividade e noção de Unicidade e de Harmonia

Introdução à Ciência Geográfica

Prof. Nilson Cortez Crocia de Barros

## Objetivos de aprendizagem

- 1 Identificar na História da Geografia contextos cognitivos de ordem filosófica e teológica do Mundo Antigo, que nos ajudam a entender a construção conceitual da Geografia Regional Moderna.
- 2 Recuperar a importância da subjetividade e da experiência estética para a formação da Geografia Regional ou das Paisagens.
- 3 Entender a noção de Região Geográfica na sua concepção tradicional e de síntese desenvolvida ao final do século XIX e primeira metade do século XX, identificando conflitos metodológicos dentro da disciplina entre o pensamento cientificista, por um lado, e a visão geográfica da síntese, por outro, em torno da valorização da subjetividade na expressão regional.

## Introdução

O material reunido e analisado no presente Capítulo nos permite explorar e expor as relações ou as superposições conceituais – ou os paralelos – entre ideias existentes no âmbito da tradição da Antiguidade Clássica e da Teologia Cristã e as formatações fundamentais dentro da experiência da edificação da Geografia Regional Moderna como disciplina de síntese.

O material teológico principal aqui presente é representado pelas reflexões sobre a Harmonia e a Unicidade de todas as coisas oferecidas pelo Professor e Teólogo romano Lucius Lactancius (260?-330? d.C.). Essas reflexões sobre a organicidade do mundo se encontram assentadas na sua obra denominada *Os Divinos Institutos*; nos servimos da edição em língua Inglesa, de 2015, *The Divine Institutes*, por A. Roberts, Sir J. Donaldson e A. Coxe, reimpressa em 2018.

Do ponto de vista da Geografia, como já indicado, o nosso foco aplica-se em identificar ecos conceituais, filosóficos e estéticos antigos nas características da Geografia Regional fixadas à época da institucionalização, período que compreende o fim do século XIX e começo do século XX. Assim, recorreremos articuladamente ora aos Divinos Institutos de Lactancius, ora às considerações de geógrafos eminentes protagonistas no campo da Geografia Regional de síntese.

É de extrema importância realçar que esta Geografia Regional – entendida como a Geografia da síntese – passou nos meados do século passado a receber severas críticas partidas dos geógrafos que passavam a cultivar hábitos metodológicos sistemáticos. Então, dessa maneira, instalou-se uma criativa competição metodológica dentro da disciplina, entre hiperpositivistas ou cientificistas, de um lado, e simpáticos ao pensamento regional complexo e de síntese, de outro. Os reflexos dessa contenda se projetam vivos até os dias atuais.

A partir dos meados do século XX, repetindo, alguns geógrafos – aqueles empenhados em criar uma “nova” geografia – passaram a ver a ideia de complexidade ou de síntese Regional – ou de Harmonia e Unicidade entre os geofatores – como algo excessivamente misterioso. Sendo assim, algo difícil de ser tratado ou considerado a nível racional, positivo e científico dentro da Geografia.

Quer dizer, eles acreditavam e doutrinavam que as regiões entendidas como cosmos harmônicos individualizados e que se expressavam através das Monografias Regionais de Síntese já estavam de fato mortas e, se não já mortas, estavam elas morrendo: “gastar nosso tempo regionalizando”, afirmou Kimble, “é o mesmo que caçar fantasmas” (1996, p. 511-2).

### 3.1 A História da Geografia influenciada pelos estudos culturais e contextuais

Ao final dos anos de 1970, a historiografia da Geografia havia adquirido uma consistente conformação sistemática (LIVINGSTONE, 1979) e por então os ventos da pós-modernidade começaram a soprar sobre a História da Geografia.

Isto quer dizer que não somente as preocupações teóricas e conceituais, mas também os rigores metodológicos característicos do campo da História das Ciências passaram a fazer parte rotineira do ambiente das reflexões dos que se propunham a contar a História da Geografia. Nota-se que as análises dos episódios históricos da disciplina passaram a ser feitas de maneira intensamente relativizada às condições sociais, históricas e culturais mais amplas. A preocupação de fazer uma história interna do progresso disciplinar é substituída pelo empenho em avaliar o papel cultural e social da Geografia, no âmbito da dinâmica geral da

sociedade.

Definitivamente, a História da Geografia deixou de ser uma apresentação de livros famosos e biografias de heróis da disciplina. Aos poucos, foi perdendo também a natureza marcadamente doutrinária tão típica dos textos empenhados em criar “novas” Geografias ou Geografias “mais aperfeiçoadas”.

É de grande importância chamar a atenção para o fato de que o estilo historiográfico doutrinário foi por então arrefecendo, saindo de evidência, mesmo desaparecendo nas suas formas mais ostensivas. Ele passou a dar espaço às análises mais radicalmente contextuais ou mais combinatórias. Nesse último caso contemplando, em doses variáveis, as apreciações epistemológicas e contextuais.

A nível global, identificam-se os denominados estudos culturais críticos da década de 1970, como estimuladores desse rápido processo de alteração no padrão da historiografia da Geografia. No Brasil, desde 1994, Lia Machado (2003) identificou este novo jeito de contar a formação da disciplina.

Nunca é demais repetir que a história da disciplina deixou de ser narrada como um processo natural, “evolutivo” de aperfeiçoamento cumulativo; e no caso das peças historiográficas eruditas, as narrativas historiográficas foram se desapegando ou desacreditando da paixão doutrinária (BARROS, 2006).

No passado, a historiografia doutrinária havia produzido peças discursivas célebres, e às quais os geógrafos eram, em geral, expostos durante os anos de formação. Nos meados do século XX, o célebre trabalho *The nature of Geography* de R. Hartshorne (1978) havia reforçado a tradição da Geografia Regional, por um lado; enquanto o artigo de Fred K. Schaeffer (*Excepcionalism in Geography*) (SCHAEFFER, 1977) advogava a promoção do neopositivismo e da “nova” geografia.

### **3.2 O conceito de Região ou Paisagem na perspectiva integrada, harmonizadora ou de síntese**

No essencial, os conceitos de Região, Área ou Paisagem na Geografia são coincidentes. A Paisagem ou Região envolve o senso do lugar, o senso das interfluências entre os elementos que a compõem. O conceito de Região ou Paisagem

contém a ideia da extensão e a ideia genética, histórica ou dinâmica (ontologia) daquilo que é observado.

Entende-se ainda que na elaboração ou identificação de uma Região ou Paisagem, quer dizer, na própria concepção ou imaginação (dimensão subjetiva) regional atuam vivamente as influências culturais e contextuais de quem representa e identifica a Região.

Na tradição norte-americana – aspirada da germânica – o termo Paisagem está muito associado aos trabalhos realizados por Carl Ortwin Sauer e por vários outros, trabalhos que se tornaram referências para o que se chamou de Escola de Berkeley, iniciada na década de 1920. Carl Sauer, kantianamente, entendia a Paisagem da seguinte maneira: os fatos da geografia são fatos do lugar, cuja associação origina o conceito de paisagem; os fatos da história são fatos do tempo, cuja associação origina o conceito de período (SAUER, 1996, p. 23). Aplicação magistral do conceito deve-se a Mario Lacerda de Melo ao final dos anos de 1950 – então a Idade de Ouro da Geografia no Brasil –, na obra *Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba* (MELO, 2012).

Paisagem é um conceito de mais sugestibilidade ocular que Região, e Paisagem mais facilmente se oferece à transição entre a descrição geográfica e a apreensão estética. Provavelmente, por ser Paisagem um termo de significado muito preciso na história da pintura, ela parece sugerir uma atitude mais detalhada ante os atributos materiais observados, e uma instrumentalização político-administrativa menos frequente. Diz-se muito comumente Paisagens do Semi-Árido, Paisagens do Nordeste (foco na multiplicidade de detalhes, escala maior), e usualmente Região Nordeste (maior generalidade, uso político-administrativo).

### 3.3 Estética e Região ou Paisagem

O conceito de Região ou Paisagem apresenta um forte conteúdo estético, conteúdo este expresso na pintura, na literatura, na poética e na música.

A ação da visualização e da imaginação espacial revela-se fundamental ao conceito. O geógrafo Carl Sauer, que dedicou várias páginas à ordenação conceitual da ideia de Paisagem Cultural para seu emprego como instrumento da

pesquisa geográfica positiva, afirmou que as qualidades estéticas da paisagem não eram abandonadas pela Geografia; a disciplina não poderia abandonar as abordagens ou recursos subjetivos de acesso aos objetos (SAUER, 1996).

Na literatura, vejamos um exemplo:

Nas páginas de Massangana, inseridas na obra **Minha Formação**, Joaquim Nabuco expressa este senso da Paisagem ou Região como um lugar integral das emoções, da memória, do senso estético e da religiosidade e o faz ao estilo da cultura espiritualista, romântica e aristocrática do século XIX e anos iniciais do século XX. Os traços desse modo de ver a Região ecoaram em muitos estudos na chamada Geografia Regional.

“ A terra era uma das mais vastas e pitorescas da zona do Cabo...A população do pequeno domínio...compunha-se de escravos, distribuídos pelos compartimentos da senzala, o grande pombal negro ao lado da casa de morada, e de reideiros, ligados ao proprietário pelo benefício da casa de barro que os agasalhava ou da pequena cultura que ele lhes consentia em suas terras... Na planície estendiam-se os canaviais cortados pela alameda tortuosa de antigos ingás carregados de musgos e cipós, que sombreavam de lado a lado o pequeno rio Ipojuca. Era por essa água quase dormente sobre os seus largos bancos de areia que se embarcava o açúcar para o Recife...Mais longe começavam os mangues...Durante o dia, pelos grandes calores, dormia-se a sesta, respirando o aroma, espalhado por toda a parte, das gandes em que cozia o mel. O declinar do sol era deslumbrante...depois o silêncio dos céus estrelados, majestoso e profundo.” (NABUCO, 1998, p. 179-180)

Nesse texto, a dimensão estética do conceito assume elevada elaboração que se serve do ordenamento espacial dos objetos geográficos para produzir efeitos. Textos assim foram decisivos para o vigor dos estudos regionais desenvolvidos no Recife sob o estímulo de Gilberto Freyre na segunda metade do século XX, ele mesmo tendo pessoalmente dialogado com Carl O. Sauer, ao qual o conceito de Paisagem Cultural ou Região está indelevelmente associado.

A base dessa concepção de Paisagem é a consciente valorização da subje-

tividade individual e da apreensão estética na compreensão da ontologia de uma porção especial do espaço geográfico. Caberá ao neopositivismo e ao cientificismo corroer ou seccionar a intimidade entre a imaginação literária, o espiritualismo e a representação regional.

### 3.4 A Região Geográfica como um “Super Orgânico”

A noção de Região Geográfica na sua concepção tradicional e de síntese desenvolvida ao final do século XIX e primeira metade do século XX envolve a ideia de que os fatos da Natureza e da Sociedade/Cultura transcendem os indivíduos. Formariam eles, amalgamados entre si, uma Totalidade Harmônica que moldaria ou tramaria as ações humanas. A Região Geográfica aparece então, desse modo, equalizada a um pequeno Cosmos ou a algo Super Orgânico (DUNCAN, 1980).

A noção de Região Geográfica decorre do amplo e criativo entendimento que os geógrafos conferem ao Espaço Geográfico como conceito; trata-se de um assunto extensivamente tratado por Berdoulay (2012).

Examinando os trabalhos de O. Valverde e H. Sternberg, Gerd Kohlhepp identifica características da visão holística e integradora da Geografia no estudo da Região. Então, a propósito disto, transcreve Sternberg: “O que a Geografia torna indispensável é [...] o pensamento holístico, quando enfoca a interface entre as sociedades humanas e o meio ambiente” (STERNBERG, 1998, p. XXIX, apud, KOHLHEPP, 2015, p. 42).

Carl Ortwin Sauer, já antes referido, não obstante reconhecendo o papel e o valor central das positivas Geografias Sistemáticas, doutrinava que a Geografia deveria se preocupar mais propriamente com os conjuntos, quer dizer, com as Regiões ou Paisagens ou Zonas Culturais: “Sem a visão duma realidade regional como um todo interrelacionado existem apenas disciplinas específicas, parciais, não a Geografia” (SAUER, 1996, p. 299-300). Sauer particularmente estranhava a opinião dos cientistas positivistas extremados: “qualquer coisa mística é abominável para alguns” (SAUER, 1996, p. 311).

Carl Sauer reconhecia existir algo, uma qualidade de saber ou conhecimento para além da Ciência, um campo comum à Estética, à Alma, à Ideia Harmônica

da Região; existiria uma qualidade envolvente e sinfônica que emergia dos conhecimentos científicos mais atualizados e que, contudo, diferenciava-se da Ciência; uma qualidade de entendimento de nível superior que não poderia ser construída ou sistematizada por “processos metodológicos formais” (SAUER, 1996, p. 311).

Uma vez que este Super Orgânico se situaria para além do nível propriamente observacional das provas e das contraprovas das afirmações e hipóteses que viessem a ser feitas sobre ele com base nos fatos, os críticos neopositivistas sustentaram, com elevado sucesso, a opinião de que o Método Regional Geográfico remetia mais às questões da fé, das convicções políticas, da estética, da ideologia e das intencionalidades do poder do que à ciência positiva ou baseada nos fatos propriamente ditos.

No mesmo sentido, críticos histórico-positivistas ou dialéticos alegavam que haveria na noção de Região Geográfica de síntese uma contaminação metafísica harmonizadora que obscureceria as contradições e as tensões sociais existentes.

### 3.5 Geografia: A Herança Greco-Romana e a ideia da Unicidade

Aristóteles, na sua classificação das ciências, posiciona as Ciências Naturais, a Teologia, a Filosofia e a Matemática sob a mesma denominação: são as chamadas Ciências Teóricas (MCKEON, 2001, p. XVII). As Ciências Teóricas estudariam as “leis necessárias”. Então, entender haver superposições, comunalidades ou paralelos entre ciência e religião não se trata de nenhuma novidade, estando a convicção obviamente assentada na tradição do pensamento ocidental.

Aproximadamente um século e meio após o nascimento do famoso geógrafo e astrônomo Cláudio Ptolomeu (100dC – ?), veio a nascer Lactancius (260?-330?dC), considerado o primeiro “grande” teólogo cristão. Lactancius produziu argumentos sobre a necessidade da conciliação entre as ideias da *Physis* – a Natureza ou o estudo científico dela – e a convicção teológica que empenhadamente ele defendia da cósmica Unicidade de Deus e Harmonia Divina.

No ambiente predominantemente politeísta, em que ele desencadeou a sua cruzada teológica em prol da concepção de Unicidade, os mares, as terras, os ventos, as atividades humanas e o vulcanismo, assim como, o comércio, a

agricultura, etc, cada uma dessas dimensões ou condições da ecologia humana seriam regidas por deuses parciais, deuses tópicos. Essas discussões teóricas estão assentadas na sua obra célebre, antes mencionada.

As relações entre a ciência e a religião são vastamente conhecidas, sendo usual a consideração de que o Cristianismo, a filosofia grega e o Iluminismo representam a base da alma ocidental.

Em seu estudo sobre o pensamento do *scholar* mandarim germânico – personagem que enfrentará as circunstâncias das transformações ou mudanças sociais acontecidas no ambiente universitário na passagem entre os séculos XIX e XX, à época da acelerada modernização –, Ringer identifica no Pietismo professado na Universidade de Halle as raízes religiosas da crença da Harmonia Sinfônica do mandarim acadêmico (RINGER, 1990). Precisamente nesse ambiente de mandarinato se institucionaliza a Geografia Regional Moderna como ciência de síntese.

Ribeiro identifica o posicionamento epistemológico central da visão de Todo Complexo na proposta lablachiana (2012), e V. Berdoulay (2017, p. 199 - 2004), em estudo sobre a experiência formativa da Geografia francófona moderna, reconhece ser aquilo que Vidal de La Blache denominou por “espírito geográfico” uma evidência da influência do pensamento espiritualista – o neokantismo que se distancia do positivismo – na Geografia, perspectiva que postulava a supremacia das formas de pensamento, impondo-se ao Universo.

A Harmonia Universal adviria das relações entre todas as coisas e se expressaria na Geografia pelos conceitos de Unidade Terrestre e Conexão Total entre os fatores/fenômenos/geofatores, abordagem mediante a qual a Geografia justificava a si própria ante as outras ciências e que ficou conhecida como a solução da síntese.

### 3.6 Os Filósofos e a Harmonia do Mundo

Lucius Caecilius Firmianus Lactancius nasceu no Norte da África em 260, ou 250, ou 240, não se sabe ao certo, e faleceu na região da Gália em 330 ou 325, ou 320 d. C., data também sobre a qual não se tem exatidão.

Era a época em que as multidões corriam ao Coliseu em Roma para se distrair

com os espetáculos dos cristãos sendo devorados pelos leões. Havia circo e diversões de sangue, enquanto o Império exibia a sua vasta e desorientadora decadência. Revoltas internas, desobediência civil, invasões dos povos bárbaros, reflexões teológicas e filosóficas, e perseguições; tudo isso Lactancius viu e viveu e reagiu intelectualmente.

Tendo sobrevivido às perseguições impostas aos cristãos pelo Imperador Diocleciano, quando por punição perde o cargo de Professor de Retórica, Lactancius veio enfim a ser resgatado ao reconhecimento estatal pelo Imperador Constantino I, do qual se tornou conselheiro e tutor do seu filho. Constantino, que associa a casa imperial ao cristianismo sob o qual educa os filhos, põe fim às perseguições aos cristãos no Império Romano.

Propaga-se a liberdade religiosa em um ambiente em que o paganismo detém ainda imenso poder. Contudo, numerosos abastados, pessoas famosas e influentes, figuras remediadas, personagens anônimos e também os desvalidos, crescentemente acorrem enchendo os templos em que se pregava o Evangelho de Cristo, templos cuja frequência a eles não gerava mais o sofrimento, o martírio, mas que passou a produzir sim o prestígio, a projeção para o poder e o galopar ágil na escada da acumulação de bens e do *status* social.

O ambiente das ideias, a luta pelas almas, tudo se encontrava exageradamente controverso e competitivo. Observemos o fato de que cerca de meio século após a morte de Lactancius, estando Roma já sob a tutela do Imperador Teodósio I, o Cristianismo se tornará a religião oficial no Mundo Romano (FRANGIOTTI, 1997, p.12).

Sensível aos estímulos de liberdade cristã no novo ambiente que se forma e manejando a sua erudita formação intelectual, Lactancius encontrou espaço para se tornar o doutrinador sofisticado das teses cristãs na esfera das chamadas Ciências Teóricas. Foi deste modo que ele atuou com eficácia na interlocução com as classes cultivadas e poderosas do Império Romano, dialogando, portanto, com o coração da cultura Greco-Romana.

Na sua obra **As Instituições Divinas**, Livro I (Sobre a Adoração dos Falsos Deuses), Capítulos III, IV, V e VI, Lactancius mobiliza um vasto espectro de “referências de autoridade” em defesa da Tese da Unicidade de Deus ou do mundo

visto como um Cosmos Harmônico criado e comandado pelo Pai ou Deus Único. Este é o seu diálogo teológico com a *Physis* ou Ciência da Natureza.

Dizia-se, ironicamente, à época, contra a tese da Unicidade Harmônica, que o mundo era complicado demais para ter sido feito e se manter governado por um só Deus ou um Deus sozinho, coitado. Entretanto, Lactancius colheu considerável sucesso – a julgar pelo êxito e reconhecimento teológico alcançado pelos seus escritos até os dias atuais – no seu intento de convencer os seus concidadãos romanos de que “havia uma grande Providência preparada por uma grande Inteligência” (Livro I, Capítulo II).

A ideia do Cosmos ordenado e harmonizado, noção particularmente cara ao *physikói* greco-romano e com a qual Lucius Lactancius lida, reconhece-se – ou se projeta para – no mundo moderno na imaginação planetária do Barão Humboldt (1769-1859), imaginação que corresponde a uma espécie de teologia laicizada, poética, cientificizada, como o observa Gomes (2017, p. 91).

Importante registrar que no ano de 1946, quando se tentava reviver a tradição cultural germânica após a 2ª Guerra, Friedrich Meinecke – desejoso de reativar as fontes espirituais da nação da época pura de Goethe (1749-1832) do Sacro Império Romano Germânico – propunha a criação de pequenas sociedades locais inspiradas nas ideias e estilo intelectual deste maior representante do Romantismo.

Essas pequenas sociedades deveriam ser estabelecidas em todas as cidades da Alemanha e os seus membros deveriam, quando possível, encontrarem-se nas igrejas, cultivar os Clássicos e promoverem a boa música germânica (RINGER, 1990, p. 443), arte considerada central na identidade alemã (POTTER, 2015).

A ideia de Cosmos veio a ser reconhecida no projeto da Imaginação Regional Totalizante dos finais do século XIX e começos do século XX, por ocasião da institucionalização da disciplina. Isto acontece sob a égide da ideia da Interdisciplinaridade, no ambiente da doutrina acadêmica da ortodoxia da síntese e da analogia sinfônica que teria caracterizado a *scholarship* germânica de antes da emergência do trabalhismo militante, do republicanismo positivista e da sociedade de consumo e de massas (RINGER, 1990).

No contexto acadêmico do final do século XIX, impregnado pela utopia espiritualista (*Geist*) do mandarim germânico, a Região como totalidade orgânica é

imaginada como um pequeno mundo harmonizado e positivamente existente, e que caberia à Geografia descobrir este pequeno mundo à parte, identificá-lo e comunicar a sua existência singular/peculiar (*idios*, Gr.), a sua personalidade integral, mediante a peça escrita denominada Monografia Regional (BARROS, 2016, 2018).

O Método Regional não pressupunha verdades brotando puras dos fatos, mas sim verdades regionais edificadas pela tensão entre o exercício veemente da subjetividade observadora – quer dizer, da intencionalidade, da apreciação pessoal, da intuição, do instinto – e os fatos.

A questão da Região e das Paisagens – o Espaço Geográfico como teatro da vida humana – como expressão espiritual sempre circulou entre as artes, como antes já mencionado. Vejamos que Edmund Gilbert, em seu artigo *British Regional Novelists and Geography*, afirma que “em muitos países os profetas da ideia de região” – fundindo a natureza com o espírito dos homens – “tem sido poetas e romancistas, sendo este especialmente o caso da Inglaterra. Estes homens demonstraram méritos que os geógrafos podem reconhecer e desejar” (1972, p. 116, 124). A literatura brasileira também exibe esse notável caráter.

Retornemos a Lactancius, que considera o divino poder do Deus Único como Indivisível. Deus era o Todo, era a Totalidade. A Mente Eterna Única havia criado e governava a Massa do Mundo, e nesse Todo Harmonizado nada faltava e nada poderia ser adicionado.

Então, não carecia existirem deuses parciais, suficientes apenas para criar e lidar com as partes: deuses parciais eram, portanto, logicamente desnecessários (Livro I, Cap. 3). Os profetas, doutrinou Lactancius, em número elevado, haviam predito acontecimentos precisamente pelo fato de que inspirados haviam dado ouvidos aos comandos da Unicidade da Sabedoria (Livro I, Cap. IV).

Contudo, contrariado e lamentando, Lactancius reconhece que os profetas estavam sendo vítimas de uma desacreditação generalizada junto à audiência cultivada romana, perante a qual ele, Lactantius, tenta fazer-se ouvir. Ele então recorre aos Filósofos, uma vez que “a autoridade deles possui maior peso” (Livro I, Cap. V).

Dá voz à opinião de Thales de Miletus, que teria afirmado serem as coisas

todas formadas a partir da água e que Deus teria feito o Todo a partir deste elemento (Água).

Pitágoras, segundo Lactancius (2015), tinha Deus por uma alma regente e difusa por todo e qualquer elemento do Universo e que a vida derivava dessa Alma Unificadora. Para Antístenes, embora as pessoas pudessem cada uma individualmente crer em diferentes deuses, o Deus de toda a Natureza, da Totalidade, era Uno.

Depois de apoiar-se em prol da crença na Totalidade Harmônica, na autoridade de Aristóteles – com a ressalva de que nele era comum encontrar opiniões contraditórias entre si –, na sabedoria de Platão, nas reflexões de Cícero e nas cogitações de Sêneca, Lucius Lactancius parte para explorar as opiniões atribuídas a Hermes Trismegistus.

Trimegistus foi um sábio que acabou divinizado – a exemplo de muitos também nos últimos duzentos anos – e referido abundantemente na literatura ao longo dos séculos como o Patrono da Alquimia para as terras da Arábia e Grécia; ele foi a fonte inspiradora para a primeira grande irrupção do pensamento alquímico no Ocidente, acontecida nos séculos V a VII (GILCHRIST, 1991).

Trimegistus afirmava a Unicidade Divina, a Operação Harmônica da Providência, e aditava que não haveria um nome específico para denominar o Deus único e auto existente. Lactancius o transcreve: “Deus é Um” (Livro I, Cap.6).

Lactancius não menciona, contudo, Heráclito, cujo ápice da existência acontece em torno de 504/500 a. C, e que foi um enfático defensor da ideia da unicidade de todas as coisas. Heráclito, com o seu espírito dialético e aristocrático e a sua repugnância à Política – tendo recusado os direitos à Política que detinha como cidadão grego – advogava que as coisas ou as partes do mundo estavam todas numa unidade em movimento, e que este movimento se processava pela luta entre os contrários (Os Filósofos Pré-Socráticos...fragmentos 12, 49<sup>a</sup>, 88). O motor do movimento nessa dialética dos contrários era o Fogo, daí talvez o distanciamento do teólogo Lactancius em relação ao grande dialético.

## Revisando

A ideia de contexto ou abordagem contextual para escrever a História da Geografia pode ser amplificada para abordar circunstâncias outras além das estritamente sociais e econômicas da tradição materialista.

Os ambientes estéticos, filosóficos, institucionais e teológicos parecem eles da maior relevância para entender as experiências formativas das disciplinas modernas. A Geografia, na sua face Regional Moderna como ciência de síntese, preserva a subjetividade unificadora e a concepção de Cosmos harmonizado advinda no mínimo das recuadas fontes greco-romanas.

A contenda que se desenvolveu modernamente entre o neopositivismo, por um lado, e a Geografia Regional da escola da síntese, por outro, com os positivistas rejeitando como obscura a noção de espírito regional unificador em prol do tratamento analítico observacional testador de hipóteses, pode ser vista como um eco desta importante e permanente questão cognitiva no campo do estudo, da investigação e da imaginação sobre as experiências sociais humanas no Espaço Geográfico.

A Geografia disciplinou, civilizou ou domesticou as mentalidades territoriais de bilhões de indivíduos em sucessivas gerações e o conceito de Região foi fundamental para essa realização. O conceito de Região como totalidade compôs com distinção a chamada ideologia mandarim na Europa e no além-mar – espécie de mentalidade dos funcionários de estado –, como peça discursiva da religião cívica associada aos eventos da formação dos estados nacionais, dos nacionalismos e dos regionalismos e dos separatismos, crenças fervorosas ao longo dos séculos XIX e XX.

Com a sua vasta e inclusiva compreensão, a Geografia Moderna descreveu as Regiões ou Paisagens mundiais clamando para que fossem reformadas, modificadas, revolucionadas; em suma, que fossem subjugadas à mudança e ao progresso, ou desenvolvidas, para usar outra expressão (BARROS, 2008).

Os tempos pós-modernos, com as emergentes preocupações com os imperativos ambientais, conduziram a uma profunda revisão na perspectiva desenvolvimentista. E, mais uma vez, agora diante de um novo contexto, a ideia integrada

da Região de síntese teve reconhecida a sua importância, funcionalidade e permanente valor.

### Saiba mais

Artigo **O geral e o regional na História da Geografia**, de Nilson Barros.

Capítulo **O conceito de região e sua discussão**, de P. C. Gomes.

O conceito de Região possui uma importância central dentro da Geografia. Em decorrência deste fato, o aluno e a aluna devem enfaticamente ampliar as suas leituras sobre o tema de modo a construir uma compreensão ampla e diversificada da experiência desse conceito dentro da disciplina. Recomendamos então a leitura desses trabalhos. Eles fornecem uma visão da História da Geografia através da reconstrução da história do conceito de Região.

### Referências

AGNEW, J.; LIVINGSTONE, D.; ROGERS, A. **Human Geography**: an essential anthology. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

BARROS, N. A historiografia da Geografia e suas controvérsias: apreciação de um debate. **Revista Geográfica**, IPGH/México, n. 139, p.83-102, 2006.

BARROS, N. Delgado de Carvalho e a Geografia no Brasil como arte da Educação Liberal. **Estudos Avançados**, USP/São Paulo, n. 62, p. 317-334, 2008.

BARROS, N. O geral e o regional na História da Geografia. **Revista Geográfica**, IPGH/México, n. 152, p. 9-30, 2012.

BARROS, N. A modernização da Geografia como Ecologia Humana. *In*: ALMEIDA, M.; AZEVEDO, S. (Orgs.). **Diálogos socioambientais e perspectivas culturais**. P. Afonso: Editora da Sociedade Brasileira de Ecologia Humana, 2016, p. 18-37.

BARROS, N. **O pensamento regional e a estrutura da Geografia**: apreciação historiográfica. *Geografia, Unesp/Rio Claro*, v. 43, n. 2, p. 350-356, 2018.

BERDOULAY, V. Espaço e Cultura. *In*: CASTRO, I, *et al.* (Org.). **Olhares geográficos**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012. p. 101-131.

BERDOULAY, V. **A escola francesa de Geografia**: uma abordagem contextual. São Paulo: Editora Perspectiva, 2017. (Tradução: O. B., Amorim Filho).

DUNCAN, J. The Superorganic in the American Cultural Geography. **Annals of The Association of American Geographers**, v. 70, n. 2, p. 181-198, 1980.

FRANGIOTTI, R. Introdução. *In*: GILBERT, E.; AGOSTINHO, Santos. **Confissões**. São Paulo: Paulus, 1997, p. 9-16. (Tradução: Amarante, M. L.).

GILBERT, E. British regional novelists and Geography. *In*: **British pioneers in Geography**. London: David and Charles Ltd, 1972, p. 116-127.

GILCHRIST, C. **The Elements of Alchemy**. Brisbane: Jacaranda Wiley Limited, 1991.

GOMES, P.C. *Imago Mundi* nas cosmografias renascentistas. *In*: GOMES, P. C. **Quadros geográficos**: uma forma de ver, uma forma de pensar. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017, p. 81-91.

GOMES, P.C. O conceito de região e sua discussão. *In*: CASTRO, I.; GOMES, P.; CORREA, R. **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003, p.49-76.

HARTSHORNE, R. **Propósitos e natureza da Geografia**. São Paulo: Edusp/Hucitec, 1978.

KIMBLE, G. The inadequacy of the regional concept. *In*: AGNEW, J; LIVINGSTONE, D.; ROGERS, A. **Human Geography**: an essential anthology. Oxford: Blackwell Publishers, 1996, p.492-512.

KOHLHEPP, G. Pioneiros brasileiros nas pesquisas geográficas do desenvolvimento

regional: Orlando Valverde e Hilgard O' Reilly Sternberg. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Universidade Regional de Blumenau, v. 3, n. 1, p. 27-54, 2015.

LACTANCIUS. **The Divine Institutes**. (e.d.) A. Roberts; Sir J. Donaldson; A. Coxe. Columbia SC, 2015.

LIVINGSTONE, D. Some methodological problems in the history of Geographical Thought. **Tijdschriftvoor Econ. en Soc. Geografie**, v. 70, n. 4, p. 226-231, 1979.

MACHADO, L. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem (1870-1930). In: CASTRO, I. ; CORREIA, R.; GOMES, P. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003, p. 309-382.

MCKEON, R. (Ed.). **The basic works of Aristotle**. New York: The Modern Library, 2001.

MELO, M. Lacerda. **Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2012.

NABUCO, J. **Minha Formação**. Brasília: Senado Federal, 1998.

**OS FILÓSOFOS Pré-Socráticos**: coletânea. São Paulo: Cultrix, 1967.

POTTER, P. **A mais alemã das artes**: musicologia e sociedade da República do Weimar ao fim da era nazista. Tradução de Rainer Patriota. São Paulo: Editora Perspectiva, 2015.

RIBEIRO, G. Geografia Humana: fundamentos epistemológicos. In: HAESBAERT, R.; PEREIRA, S.; RIBEIRO, G. **Vidal, vidais**: textos de Geografia Humana, Regional e Política. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012, p. 23-40.

RINGER, F. **The decline of the German Mandarins**: the German Academic Community, 1890-1933. Hanover & London: University Press of New England, 1990.

SAUER, C. The morphology of landscape. In: AGNEW, J.; LIVINGSTONE, D., ROGERS, A. **Human Geography**: an essential anthology, Oxford: Blackwell Publishers, 1996, p. 296-315.

SCHAEFFER, F. Excepcionalismo na Geografia. **Boletim de Geografia Teorética**,

Unesp/Rio Claro, v. 7, n. 13, p. 5-37, 1977. (Pub. original in Annals of The AAG, 1953).

STERNBERG, H. **A Água e o Homem na Várzea do Carreiro**. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, v. 2, 1998. (Originalmente Tese de Concurso à Cátedra de Geografia do Brasil da UFRJ, década de 1950).

# 4

## O Neopositivismo na Geografia: A Revolução Teórica ou Quantitativa

Introdução à Ciência Geográfica

Prof. Nilson Cortez Crocia de Barros

## Objetivos de aprendizagem

- 1 Entender o que significou a iniciativa teórica de natureza neopositivista na Geografia.
- 2 Apreciar influências exercidas pela iniciativa teórica – ou Geografia Teórica ou Quantitativa – nos conceitos e nos métodos de trabalho da Geografia atual.
- 3 Perceber como surgiram no pós- Segunda Guerra, as inquietações e críticas em relação ao método da Geografia Regional tradicional.

## Introdução

Nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, importantes sinais de inquietações metodológicas, técnicas e temáticas começaram a aparecer na Geografia. Tais inquietações eram fortes e repetidas, logo, não demorou para que elas despertassem muitas reações nos meios institucionais tradicionais da disciplina formados nos moldes da Antropogeografia ou da Geografia Cultural ou Geografia Humana ou Geografia Regional Clássica.

As críticas partiam dos profissionais que ostentavam convicções metodológicas de natureza geral, denominadas lógico-positivistas ou neopositivistas (BARROS, 2010). Desse modo, as influências do Círculo de Viena passaram a rondar a Geografia.

Sabe-se muito bem que a Geografia moderna concebida como ecologia humana (BARROWS, 1923; BRUNHES, 1962) estava sendo construída, do século XIX, para as primeiras décadas do século XX, impregnada pelo estilo positivista de pensar. Foi assim que a Geografia se institucionalizou.

Contudo, esse positivismo que havia reinado no século XIX e início do século XX veio a ser muito retrabalhado e reformatado. Então, esse modelo de positivismo foi se modificando e se tornaria o neopositivismo, com seus detalhados estudos de cognição, linguagem e lógica aplicados à produção científica.

O estilo de positivismo que perdia prestígio, associado ao que se poderia

chamar de a primeira face moderna da Geografia, passaria a ser chamado, apenas, de positivismo bruto.

## 4.1 O Neopositivismo na Geografia Humana

No ano de 1953, Fred K. Schaefer publica um artigo que é considerado marco nos esforços de difusão do neopositivismo dentro da Geografia. Nessa publicação, de modo muito enfático, F. Schaefer se opõe à tradição corográfica, regional e idiográfica da disciplina, tradição que, segundo ele, deveria ser abandonada na Geografia. Todo o seu suporte e o seu elogio se dirigiam à construção de uma Geografia positiva, nomotética ou dedicada ao estudo das generalidades verificáveis nos fenômenos espaciais humanos.

O artigo chama-se **Excepcionalismo em Geografia: uma apreciação metodológica** (SCHAEFER, 1977) e está repleto de argumentos justificadores à sua proposta de uma Geografia Humana com o perfil de uma ciência positiva. Observemos que à época, o pós 2ª Guerra, em diversos ambientes em que se praticava a disciplina, registravam-se insatisfações com a Geografia Regional Tradicional. É o que se vê no trabalho de Kimble, em 1951, na Grã Bretanha, afirmando que o conceito de Região havia perdido a sua relevância (KIMBLE, 1996).

Embora à época – meados dos anos de 1950 – o artigo de Schaeffer tenha despertado grande interesse e fortes turbulências, com o longo passar dos anos e das décadas, a sua contribuição parece não ter merecido a atenção devida. Atribui-se esse déficit de atenção acadêmica dentro da Geografia, ora à natureza essencialmente filosófica (epistemológica) do seu trabalho, ora à contundência de muitas das suas afirmações, inclusive em relação a personalidades veneradas ou sábios divinizados, como o filósofo Immanuel Kant.

## 4.2 A crença na Ciência a serviço do Planejamento do Desenvolvimento

A influência das ideias geográficas oriundas dos ambientes de língua alemã sobre a Geografia nos EUA foi enorme e não se reduziu a Ellen Semple, Carl Sauer

(SPETH, 1999) ou Richard Hartshorne. A própria incursão do neopositivismo na Geografia, assunto deste capítulo, é um exemplo.

Fred K. Schaefer (1904-1953) nasceu em Berlim, no ambiente da classe trabalhadora, e respirou, como militante da sócio-democracia, a atmosfera política e cultural do meio industrial e urbano do velho *core* da modernidade.

Realizou seus estudos de pós-graduação em Geografia Política e se revelou também entusiasmado pelas possibilidades da intervenção do Estado no planejamento das atividades econômicas. Esse planejamento, defendia ele, deveria estar baseado na ciência social, mas uma ciência social de estilo teórico, semelhante em métodos a qualquer outra ciência e que possuísse capacidade de fornecer previsões sobre os comportamentos dos agentes econômicos e humanos.

Nos anos antecedentes à 2ª Guerra, em 1938, F. Schaeffer refugiou-se nos Estados Unidos da América, fixando residência em Iowa.

Em 1946, ele assumiu uma cadeira de professor no recém-criado Departamento de Geografia na Universidade de Iowa. Em seguida, em 1947, apresentou na Associação dos Geógrafos Americanos um trabalho sobre aspectos geográficos do planejamento na União Soviética. Era controverso o tema das ciências humanas e sociais participando do planejamento do progresso ou do desenvolvimento. Perguntava-se: Seria mesmo possível uma espécie de física social aplicada aos estudos sócio espaciais?

Concepções de intervencionismo de Estado geraram problemas nos Estados Unidos, país de forte herança liberal, federalista e prática. No amplo império soviético, ao contrário, tal concepção havia se propagado após 1917 e se encontrava no seu apogeu; os planos quinquenais gozavam de enorme prestígio.

Schaefer sofreu um ataque cardíaco e faleceu em 1953, enquanto o manuscrito do seu artigo – *Exceptionalismo* – provocava grandes reações na tradicional e prestigiosa Associação dos Geógrafos Americanos (MARTIN, 1989, p. 73 e 80).

O impulso teórico ou a Revolução Teórica ou Quantitativa na Geografia se realizou sob os estímulos da Guerra Fria. Barnes e Farish (2006) descrevem os ambientes de pesquisa, criados neste período, como locais plenos de novos desafios funcionais para as ciências e instrumentalizados por antes desconhecidas possibilidades tecnológicas (os computadores, a aerofotogrametria, as

networks mundiais de dados econômicos, climáticos, demográficos, etc). Esse novo contexto estava a exigir novos conceitos, novos métodos e técnicas, em suma, um novo estilo de Geografia.

### 4.3 Modelos antecedentes de Positivismo Lógico na Geografia

O estilo teórico ou baseado em modelos advogado pelos renovadores nos meados do século XX não era original nos estudos territoriais ou espaciais do comportamento humano. Exemplos anteriores de busca de leis no estudo dos fenômenos territoriais são, por exemplo, o trabalho de Ravenstein (1980), no final do século XIX, sobre as leis do comportamento migratório; também o trabalho de Thomas Malthus, em primeira versão datada de 1798, sobre a lei geográfica do crescimento populacional (MALTHUS, 1970); ou o trabalho de Von Thünen também no século XVIII quanto ao controle do uso da terra rural pela distância ao mercado (BRADFORD; KENT, 1987). Existe ainda o trabalho nos anos de 1930 por W. Christaller (1966) sobre a ordem teórica dos assentamentos urbanos. É possível também incluir nesta lista o modelo espacial-continental datado de 1852, proposto por Carl Ritter (1974), associando o destino dos povos às formas geométricas dos continentes onde habitam.

De fato, esses textos de abordagem espacial positiva produzidos bem anteriormente às iniciativas do pós 2ª Guerra eram lidos pelos pós-graduandos, na década de 1950, na Universidade de Seattle (Washington), foco da iniciativa neopositivista na disciplina (BERRY, 2005, p. 66).

O trabalho de Walter Christaller, já referido, foi originalmente publicado no ano de 1933, em alemão, e é comumente considerado o trabalho mais influente na Geografia como modelo da ciência espacial dos assentamentos urbanos: chama-se *Central Places in Southern Germany* (CHRISTALLER, 1966). Os alunos da pós-graduação, em Seattle, segundo B. Berry, estudavam o alemão e o russo para ultrapassar as barreiras linguísticas.

Outro exemplo de modelização ou teorização locacional anterior é fornecido pelos trabalhos de Alfred Weber (BRADFORD; KENT, 1987), também em alemão. Ele foi responsável por estudos pioneiros da localização da função industrial,

com o seu livro publicado em 1909 e vertido para a língua inglesa no ano de 1929. Com o título **Teoria da Localização das Indústrias**, o trabalho exerceu importante influência na Geografia Industrial da era eletromecânica.

Essas iniciativas procuravam encontrar alguma lei ou ordem na informação espacial supostamente caótica, buscavam regularidades nas relações espaciais e utilizavam hipóteses para proceder às simulações em busca da descoberta de leis ou tendências espaciais. Nessas buscas teóricas, acreditava-se que um modelo teórico tinha um valor por si mesmo; um modelo possuía uma verdade em si.

A Geografia Humana atenta aos processos espaciais e às circunstâncias do tempo, impregnada com preocupações históricas, antropológicas ou biofísicas, absorvida pelos complexos das relações entre as civilizações, as culturas e os meios, particularmente pela ótica da ecologia regional, encontrava-se nestes anos de 1950 diante da crítica do sistemático discurso econômico-espacial.

A reação à aventura teórica dentro da disciplina foi severa, e nos sítios culturais departamentais construídos a partir da perspectiva da Região ou paisagem, a onda matemático-estatística da economia espacial não só não prosperou como nunca foi reconhecida, de fato, como a Geografia Humana. No máximo foram inovações toleradas.

As atitudes diante das novidades metodológicas mencionadas dependiam evidentemente do alcance das fontes de financiamento combinadas com os interesses particulares que tinham os indivíduos expostos às novidades no que respeita à obtenção de vantagens nas suas carreiras acadêmicas e burocráticas.

#### **4.4 O Espaço Geográfico diante dos espaços abstratos**

A Geografia teórica teve a pretensão de remover o sentimento de intuição na apreensão do Espaço Geográfico. Na perspectiva neopositivista, a própria representação do Espaço Geográfico como o espaço complexo e integrado da vida, assim como, a sua representação topográfica convencional (o mapa geográfico) perdem relevância metodológica dentro da disciplina.

Para os neopositivistas, o conceito de Espaço Geográfico e os procedimentos

metodológicos típicos do seu emprego, como as Monografias Regionais, produziram uma Geografia Descritiva, e por isso, pré-científica. A Geografia Regional Tradicional procurava o singular, o único, o idiográfico na análise do espaço, enquanto a Geografia Teórica ou Quantitativa buscava o geral (BUNGE, 1962, p. 12, apud. MARTIN, 1989, p. 79).

A renovação teórica propunha-se a identificar regularidades nos comportamentos espaciais humanos. Foi justamente essa pretensão que ofereceu à Geografia Regional Clássica o grande argumento para combatê-la. Que argumento? Aquele de que a teorização representava uma compreensão determinista dos fenômenos espaciais (BERRY, 2005, p. 67). Que tipo de determinismo? O de ordem econômica, e a ser rejeitado do mesmo modo como o fora o determinismo físico. Geógrafos marxistas de estilo histórico compartilharão do mesmo economismo dos neopositivistas nas suas análises espaciais (BERDOULAY, 2012, p. 109).

Não se pode deixar de reconhecer que o movimento da Geografia Teórica conduziu a um repensar do conceito de espaço dentro da disciplina. Examinando essa questão, Dauphiné propôs uma distinção conceitual entre o Espaço Geográfico empírico, que seria aquele espaço correspondente à tarefa mais descritiva da Geografia e da cartografia, conceito fundamental na Geografia Regional Clássica, e os espaços de tipo teórico ou espaços abstratos, empregados nos modelos da análise espacial que foram mobilizados pelo movimento da Geografia Teórica (DAUPHINÉ, 1991, pp. 48-52). Estes últimos, repita-se, eram tipos de espaços abstratos ou parciais, diferentes do Espaço Geográfico, o complexo. Críticas ao emprego de espaços abstratos na Geografia não faltaram.

Para M. Santos (2002, p. 118), por exemplo, o uso de espaços abstratos na Geografia conduziria a que os geógrafos acabassem se distanciando do complexo Espaço Geográfico, o espaço da vida, o conceito central na disciplina. Contudo, por mais que o movimento teórico tenha recebido críticas, inegável é o fato de que o desenvolvimento da Geografia Urbana nos últimos setenta anos confundiu-se com a propagação das novas atitudes teóricas.

A análise espacial e a Geografia Urbana se desenvolveram aceleradamente no âmbito da expansão urbana, industrial, comercial e dos serviços dos anos de

1950 e 1960, o ambiente justo da Guerra Fria, expansão que criou as paisagens avançadas dos países desenvolvidos ou as paisagens subdesenvolvidas das periferias no caminho do desenvolvimento.

Para os teóricos, o espaço urbano passa a ser concebido para as análises de tendências espaciais gerais, como o espaço relativo às interações dos agentes econômicos. A Geografia Urbana passou a usufruir de prestígio no interior da disciplina, algo que antes não conhecia.

Risa Palm observou que a Geografia Urbana, só a partir de então, ao deixar de se restringir aos estudos de sítio geográfico, classificação (tipologia) funcional ou simples descrição do uso da terra nas cidades e buscar construir generalizações acerca dos sistemas de cidades e das estruturas internas das cidades, ela pode ser reconhecida como um subcampo definido dentro da Geografia (PALM, 1981, p. 4-7).

#### **4.5 Espaços abstratos e simulações espaciais: as localizações espaciais no planejamento**

A Geografia como ciência espacial recebeu decisiva influência dos procedimentos metodológicos do positivismo lógico em uso na Economia, precisamente da Economia Espacial. Os métodos e modelos eram os mesmos. Trabalhando com espaços abstratos, simulações de comportamento espacial para variáveis e pondo ênfase na análise das localizações relativas e das distâncias, a Geografia teórica encontrou aplicações nas esferas de planejamento das atividades públicas e privadas. Legitimava-se em função de propor aos agentes econômicos, localizações espaciais supostamente mais eficientes que aquelas decididas por métodos intuitivos e não sistemáticos.

Resumindo e retornando ao que propugnava Fred Schaeffer(1977), ele entendia que:

1º, a Geografia não poderia – e nem a História também – desejar ter metodologia diferente das demais ciências.

2º, era insustentável a Geografia permanecer taxonômica, descritiva e corográfica, estudando enciclopêdicamente tudo de cada região, usando metodologia

que deriva da confusa cosmografia de Kant e Alexandre Humboldt.

Tais exigências de mudanças na disciplina significavam alterações metodológicas, conceituais e temáticas tão severas que muitos chamaram a iniciativa neopositivista na Geografia de Revolução Teórica ou Quantitativa.

#### **4.6 Geografia Teórica não significava necessariamente Quantificação**

O movimento teórico na Geografia foi muito mais que Geografia Quantitativa, ainda que a linguagem geométrica, matemática e estatística tenham ocupado nele um lugar prestigioso.

Afirma-se isto porque trabalhos regionais descritivos e classificatórios empregaram massivas técnicas quantitativas. Este fato foi observado por Darlene Ferreira quando procedeu à reconstrução da história da Geografia Agrária no Brasil no período de 1930-1990 (FERREIRA, 2002, p. 270-271).

A História da Geografia exhibe prestigiosos modelos gerais sugerindo regularidades espaciais que não envolvem técnicas estatísticas (BARROS, 1993). Um exemplo é o modelo indutivo, projetado numa superfície isotrópica, do desenvolvimento do povoamento nos contextos coloniais, proposto por Taffee, Morrill e Gould (1963). Esse modelo citado é uma representação hipotética da sequência evolutiva de uma rede de localidades centrais (cidades) em interação (nódulos e fluxos) desde o padrão colonial até à integração nacional ou interna (BARROS, 2004).

Outro exemplo revelando atitudes teóricas diante dos problemas, sem necessariamente envolver excessivas quantificações, é o trabalho de B. Becker (1978) de busca de correlações entre os padrões de propriedade da terra e a estabilidade das novas localidades (assentamentos) centrais emergentes nas frentes de expansão da Amazônia brasileira nos anos de 1970.

#### **4.7 A renovação do conceito de Região e a propagação da atitude sistemática**

Entre trabalhos que desenvolviam críticas à Geografia clássica ocupa

destaque o estudo apresentado por Kimble (1996) no final dos anos de 1940 sobre o conceito de Região Geográfica, trabalho esse já mencionado. Kimble apontou que o conceito de Região estava naturalmente impregnado pelas circunstâncias espaciais europeias e que neste horizonte territorial, compreensivelmente, o conceito de Região Geográfica teria significado. O conceito identificava regiões restritas em escala, regiões pequenas, com base nas suas respectivas singularidades culturais e físicas; essas singularidades se associavam entre si para produzir uma espécie de personalidade regional.

Contudo, segundo este mesmo autor, tal noção não se servia das interpretações das experiências espaciais dos continentes americano e australiano. Nesses ambientes extraeuropeus melhor empregar conceitos como o de interação espacial, de rede, de difusão e de contradições e rupturas entre os elementos das secções do espaço. Curioso é que há paralelos entre estas observações de Kimble, advogando que estudos geográficos na América dessem ênfase às interações espaciais, e os registros sobre as difusões culturais que Ratzel (1888) assentou, na década de 1870, no seu trabalho sobre a América do Norte.

Essas novas frentes da colonização europeia no além-mar possuíam vivências de tempo e de espaço suficientemente diferenciadas a ponto de se exigir uma Geografia mais sistemática, que se distanciasse dos métodos e conceitos da Geografia Regional Tradicional adaptada às vivências territoriais da Europa, segundo Kimble (1996).

#### **4.8 Avaliando a experiência do neopositivismo na Geografia**

Com o tempo, os profissionais da área da Geografia foram reconhecendo os excessos no doutrinário positivista e espacial. Os exageros, as contunâncias das críticas à Geografia Regional Tradicional foram arrefecendo. O fato é que o movimento neopositivista na Geografia também virou história, tantos anos depois de ocorrido.

A própria historiografia no atual ambiente “pós-funcionalista” – para usar a expressão do grande historiador da disciplina Paul Claval (2002) – ficou sociologizada, anti-doutrinária, relativista, contextual, afastando-se do doutrinário

ortodoxo baseado na crença da evolução ou progresso disciplinar, superstição típica da modernidade (BARROS, 2006).

É relevante observar que movimento teórico na Geografia representou uma experiência marcadamente anglo-americana do pós 2ª Guerra, sem prejuízo de que sua influência tenha atingido diversos países (LENCIONI, 2003, p. 140). O fato é que as sementes da análise espacial haviam vindo do core da Europa continental para germinar no contexto da Guerra Fria sob o guarda chuva de alguns ambientes acadêmicos de língua inglesa.

As avaliações posteriores da experiência espacial possuem, no geral, um caráter positivo. R. Morrill entende que as preocupações com os assuntos teórico-metodológicos, bem característicos da análise teórica e espacial, cooperaram decisivamente para que Geografia passasse a receber melhor reconhecimento nos ambientes acadêmicos (MORRILL, 1984, p. 59).

No Brasil, M. Correa de Andrade (1982, p. 193), Alexandre Diniz (1984, p. 51), Speridião Faissol (1995), Carlos Augusto F. Monteiro (1980), Sandra Lencioni (2003, p. 144), entre outros, reconheceram, cada qual ao seu modo e com graus de simpatia diversos, a contribuição do movimento teórico para os estudos geográficos (AGB\SBPC, 1973). Restam hoje poucas resistências à afirmação que o movimento neopositivista representou uma renovação, significou uma ruptura com a rotina da burocratização da metodologia mais tradicional da disciplina.

A iniciativa teórica procurou melhorar o conhecimento sobre a experiência espacial humana, acarretando isto um enorme esforço na construção de modelos normativos e dedutivos ou indutivos de base estatística (LIVINGSTONE, 1992, p. 319). Revisões bibliográficas dos desenvolvimentos dos diversos ramos sistemáticos da Geografia Humana nas últimas décadas evidenciam a dimensão vasta da contribuição da atitude teórica e sistemática na Geografia. No caso da Geografia Urbana, o fato foi já examinado. Outro exemplo é o desenvolvimento da recém expansiva Geografia do Turismo (HALL; PAGE, 2000; PEARCE, 2003; BARROS, 2009).

Pode-se ir mais além nesse reconhecimento. As tão contemporâneas discussões sobre os significados e mecanismos espaciais da globalização ou

da mundialização são apoiadas nas ideias de redes, interatividade, difusão, ideias estas que, segundo Kimble, estavam a merecer primazia metodológica sobre o conceito tradicional de Região.

Então, a experiência teórica na Geografia não representou uma fase esgotada da qual a disciplina se desvencilhou. Ao contrário: a sua influência se prolongou e cooperou para a edificação da Geografia contemporânea.

## Revisando

A iniciativa teórica dentro da Geografia trouxe consigo enriquecimentos metodológicos e conceituais à disciplina. Metodologicamente, ela se empenhou em disciplinar a observação dos fatos e principalmente procurou tornar usual o tentar levantar hipóteses sobre os comportamentos dos fenômenos espaciais. A Geografia tentou se adequar metodologicamente para propor leis espaciais. Do ponto de vista conceitual o maior impacto foi sobre o conceito de espaço.

A palavra espaço amplificou seus significados dentro da Geografia. Desse modo, decorreu um amplamente reconhecido enriquecimento conceitual, metodológico e técnico na disciplina. Esse enriquecimento trouxe para a Geografia vastas possibilidades de explorações temáticas através dos diversos espaços teóricos e relativos conceptualizáveis.

O espaço, a partir de então, não seria mais somente imaginado como um a priori, “forma de todos os fenômenos dos sentidos externos”, o “uno” (KANT, 1999, p. 74, 75); o espaço também podia ser concebido teoricamente, isto é, como um a posteriori, passível de redução metodológica ou abstração.

### Saiba mais

Artigo **Excepcionalismo na Geografia**, de F. Schaefer.

Para ampliar a compreensão da influência do movimento teórico ou neopositivista dentro da Geografia, recomendamos a leitura deste texto, já

indicado neste capítulo como trabalho de referência no campo das iniciativas da Geografia Teórica ou Quantitativa.

**Livro O espaço dividido, de M. Santos.**

Nesse texto, M. Santos apresenta a teoria dos dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos. Esta iniciativa teórica significou uma engenhosa conciliação da ideia da centralidade geral (teoria das localidades centrais) com o que o autor entendia por especificidades do Espaço Geográfico dos países subdesenvolvidos.

**Livro Geografia e Modernidade , de P. Gomes.**

O autor apresenta um estudo amplo e circunstanciado da experiência de construção da Geografia Moderna nos seus diversos aspectos.

## Referências

ABG. SBPC. **Renovação da Geografia:** textos de simpósio. São Paulo: AGB, 1973. (coletânea com trabalhos de A. Diniz, L. de Oliveira, C.A. Monteiro, P. Geiger e B. Becker).

AGNEW, J.; LIVINGSTONE, D.; ROGERS, A. **Human Geography:** an essential anthology. London: Blackwell Publishers, 1996.

ANDRADE, M. C. de. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. *In:* SANTOS, M. (org.) **Novos rumos da geografia brasileira.** S. Paulo: Hucitec, 1982, p. 181-201.

BARNES, T.; FARISH, M. Between Regions: Science, Militarism, and American Geography from World War to Cold War. *In:* **The Annals of The Association of American Geographers**, v. 96, n. 4, 2006, p. 807-826.

BARROS, N. C. de. **Geografia Humana**: uma introdução às suas idéias. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 1993.

BARROS, N. C. de. **Tradição e inovação no pensamento geográfico**: reflexões e aplicações. 2004. Tese de Livre Docência (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, SP, 2004.

BARROS, N. C. de. A historiografia da Geografia e suas controvérsias: apreciação de um debate. **Revista Geográfica de Instituto Panamericano de Geografia e História**, México, IPGH, n. 139, p. 83-102, 2006.

BARROS, N. C. de. **Por que as destinações turísticas no Nordeste do Brasil não declinam?** - uma interpretação geográfica. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

BARROS, N. C. de. **O caráter da Geografia Geral mediante a reconstrução histórica da dualidade physis e chora em episódios da História da Geografia**. 2010. Tese (Concurso para Professor Titular de Geografia) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

BARROWS, H. Geography as Human Ecology. **Annals of The Association of American Geographers**, v. 13, n. 1, 1923, p. 1-14.

BECKER, B. Uma hipótese sobre a origem do fenômeno urbano numa fronteira de recursos no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, IBGE, v. 40, n. 1, p. 111-122, 1978.

BERDOULAY, V. Espaço e cultura. In: CASTRO, I.; GOMES, P.; CORREA, R. **Olhares geográficos**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012, p. 101-131.

BERRY, B. Geography's Quantitative Revolution: initial conditions, 1954-1960. A Personal Memoir. In: BERRY, B.; WHEELER, J. ed. **Urban geography in America: 1950-2000**, New York, 2005.

BRADFORD, M.; KENT, W. **Geografia humana**: teorias e suas aplicações. Lisboa: Gradiva, 1987.

BRUNHES, J. **Geografia humana**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura Econômica,

1962.

BUNGE, William. **Theoretical Geography**. **Lund Studies in Geography, ser. C, General and Mathematical Geography**. v. 1, 1962, cit. por MARTIN, 1989, op. cit.

CHRISTALLER, W. **Central Places in Southern Germany**. New Jersey: Prentice-Hall, 1966.

CLAVAL, P. A Revolução Pós-Funcionalista e as Concepções Atuais da Geografia. *In*: MENDONÇA, F. & KOZEL, S. (org.) **Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea**. Curitiba: Editora da Universidade F. do Paraná, 2002, p. 11-43.

DAUPHINÉ, A. Espace terrestre et espace géographique. *In*: BAILLY, A. S. (org.) **Les concepts de la géographie humaine**. Paris: Masson, 1991, p. 43-53.

DINIZ, A. F. Geografia da Agricultura. São Paulo: Difel, 1984.

FAISSOL, S. Memória. [entrevista concedida ao Dr.] Roberto S. de Almeida. *Cadernos de Geociências*, Rio de Janeiro/IBGE, n. 15, p. 165-190, 1995.

FERREIRA, D. A. **Mundo rural e Geografia Agrária no Brasil: 1930-1990**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

GOMES, P. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

HALL, C.; PAGE, S. **The Geography of Tourism and Recreation: environment, place and space**. London: Routledge, 2000.

KANT, I. Estética transcendental: do Espaço. *In*: KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1999, p. 73-77. (originalmente publicado em 1787)

KIMBLE, G. The inadequacy of the regional concept. *In*: AGNEW *et al.* **Human Geography...**, 1996, op. cit., p. 492-512. (originalmente publicado em 1951).

LENCIONI, S. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 2003.

LIVINGSTONE, D. **The Geographical Tradition**. London: Blackwell, 1992.

MALTHUS, T. **Primer Ensayo sobre la población**. Madrid: Alianza Editorial, 1970.

(originalmente publicado em 1798).

MARTIN, G. The Nature of Geography and the Schaefer-Hartshorne Debate. *In*: ELKINS, T.H. *et al.* **Reflection on Richard Hartshorne's the Nature of Geography**. Washington DC: 1989, p. 69-90.

MONTEIRO, C. A. **A Geografia no Brasil**: avaliação e tendências. São Paulo: Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, 1980.

MORRIL, R. Recollections of the Quantitative Revolution's Early Years: The University of Washington 1955-65. *In*: M. BILLINGE; D. GREGORY; R. MARTIN. **Recollections of a revolution: Geography as Spatial Science**. London: MacMillan Press, p. 57-72, 1984.

PALM, R. **The Geography of American Cities**. Oxford: Oxford University Press, 1981.

PEARCE, D. **Geografia do Turismo**. São Paulo: Aleph, 2003. (trad. por Saulo Krieger).

RATZEL, F. **Sketches of Urban and Cultural Life in North America**. New Brunswick: Rutgers University Press, 1988. (originalmente publicado em 1876)

RAVENSTEIN, E. As leis da migração. *In*: MOURA, H. (org.) **Migrações Internas**: textos selecionados. Fortaleza: BNB, v. 1, p. 23-88, 1980. (Originalmente publicado em 1885).

REFLECTION on Richard Hartshorne's: the Nature of Geography. **Association of American Geographers**, Washington DC, 1989.

RITTER, C. Introducción à la Géographie Generale Comparée. Cahiers de Géographie de Besançon, n. spéciale 22, 1974. (Originalmente publicado em 1852)

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Edusp, 2002.

SCHAEFER, F. Excepcionalismo em Geografia: um estudo metodológico. Tradução J. MCPHERSON. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro/UNESP/AGETEO, v. 7, n. 13, p. 5-37, 1977. (Originalmente publicado nos Annals of The AAG, 1953)

SPETH, W. **How it came to be**: Carl Sauer, Franz Boas and the Meanings of Anthropogeography. Washington: Ephemera Press, 1999.

TAFFEE, E.; MORRIL, R.; GOULD, P. Transport expansion in under developed countries. **The Geographical Review**, [ s. l ], v. 53, p. 503-529, 1963.